

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
LICENCIATURA PLENA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
KELLI DE SOUZA SOARES
MANUELA DA SILVA ARAÚJO

TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO: A DÁDIVA ENTRE FAMÍLIAS DE
AFUÁ (PA) E MACAPA (AP)

MACAPÁ-AP
2011

**KELLI DE SOUZA SOARES
MANUELA DA SILVA ARAÚJO**

**TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO: A DÁDIVA ENTRE FAMÍLIAS DE
AFUÁ (PA) E MACAPA (AP)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito final para a obtenção do título de bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá.

Orientador: Prof. Dr. Rosinaldo de Sousa Silva.

**MACAPÁ-AP
2011**

KELLI DE SOUZA SOARES
MANUELA DA SILVA ARAÚJO

**TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO: A DÁDIVA ENTRE FAMÍLIAS DE
AFUÁ (PA) E MACAPÁ (AP)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito final para a obtenção do título de bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá.

COMISSÃO EXAMINADORA

ORIENTADOR

EXAMINADOR 1

EXAMINADOR 2

**MACAPÁ-AP
MARÇO 2011**

Aos nossos familiares
e verdadeiros amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por esta oportunidade.

Ao nosso orientador e professor Dr. Rosinaldo Silva de Sousa por ter tornado possível este trabalho, pelo acompanhamento e acessibilidade.

Ao CNPq e à SETEC-AP por oportunizar essa pesquisa através de bolsas de iniciação científica.

Aos entrevistados por contribuírem com este trabalho relatando-nos suas vidas.

Aos nossos familiares pelo amor incondicional e incentivo.

Aos amigos do grupo de pesquisa “Redes Ilícitas e Informais” que contribuíram conosco através de debates, rica troca de experiências e revisão deste trabalho, em especial ao Alex, Maurício Alencar e Leone Rocha

À turma de Ciências Sociais 2006 pelos dias de construção de conhecimento que juntos passamos na graduação, em especial aos amigos Antônio Mesquita, Aretha Araújo, Beto Tavares, Emanuel Silas, Janilma Vilhena, Leone Rocha, Nádia Rossoni, Valéria Cabral, Socorro Mota e Sandra Michelle Araújo.

Ao Prof. Dr. Ed Carlos Guimarães e Prof. Dr. José Maria da Silva por aceitarem nosso convite para a banca examinadora.

A outros amigos queridos que nos ajudaram direta ou indiretamente com contribuições e motivação para a conclusão deste trabalho, em especial a José Paulo Brito, Kamily Lopes e Cássio Paraense.

Ko Maru kai atu

Ko Maru kai mai

Ka ngohe ngohe

“Dá tanto quanto tomas, tudo estará muito bem”

Provérbio Maori.

RESUMO

O presente estudo aborda o aspecto cultural do trabalho doméstico realizado por adolescentes que migram da cidade de Afuá, Pará, para a cidade de Macapá, Amapá. Através deste viés acreditamos contribuir para uma ampliação significativa da compreensão desta realidade, cujo olhar sócio jurídico tende a compreender esse fenômeno apenas como uma realidade à margem da legalidade. Como método, utilizamos a história de vida dos atores envolvidos coletadas através de entrevistas. Por meio delas e da análise das redes sociais constatamos a presença da dívida nestas relações, que em grande parte se fundamentam em laços de parentesco, amizade e de compadrio. Ademais, nestes casos indicamos também o aspecto ideológico e de sacrifício presentes em suas relações de reciprocidade e as sutis explorações aos qual essa mão de obra infanto-juvenil pode ser submetida. Desta forma, acreditamos que a análise em nível pessoal do trabalho infanto-juvenil doméstico consegue apresentar novos resultados sobre o tema, ajudando a desvendar o universo regional do fenômeno.

PALAVRAS-CHAVES: trabalho infanto-juvenil doméstico, rede social, dívida, história de vida.

ABSTRACT

The study examines the cultural aspect of domestic work performed by adolescents who migrate from city of Afuá, Pará, to the city of Macapá, Amapá. Through this we believe will contribute to a significant expansion in the understanding of this reality, which tends to look at legal and sociological understand this phenomenon as a reality only on the margins of legality. As a method, we used the life history of the actors involved gathered through interviews. Through them and the analysis of social networks detected the presence of the gift in these relations, which largely are based on ties of kinship, friendship and patronage. Moreover, these cases also indicate the ideological and sacrifice present in their reciprocal relations and the subtle explorations to which this labor juvenile can be placed. Therefore, we believe that analysis on a personal level of domestic child labor can produce new results on the subject, helping to unravel the universe's regional phenomenon.

KEY WORDS: domestic child labor, social network, gift, life story.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O OLHAR SÓCIO-JURÍDICO SOBRE O TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO E A SUA CRÍTICA.....	14
1.1 Infância e Adolescência: relativizando conceitos.....	14
1.2 O Problema do Trabalho Infanto-Juvenil Doméstico.....	18
2 REDES SOCIAIS E INFORMALIDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL.....	24
2.1 Apresentando Menores e Mulheres.....	24
2.1.1 Margarida e Cândida.....	25
2.1.2 Fabiana.....	27
2.1.3 Daniele e Richeli.....	28
2.2 Entendendo o Trabalho Doméstico Infanto- Juvenil através da Categoria de Rede Social.....	30
2.3 Entre Redes Sociais e Informalidade.....	35
3- HISTÓRIA DE VIDA E A DÁDIVA ENQUANTO PARADIGMA EXPLICATIVO.....	40
3.1 A História de Vida de D. Maria.....	40
3.2 - Entendendo o Fenômeno do Trabalho Infanto-Juvenil Doméstico através da Dádiva.....	43
3.3 Relações de Reciprocidade: ideologia e sacrifício.....	52
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIA.....	61

INTRODUÇÃO

Quem nunca conheceu em Macapá uma família que usufruísse em sua residência de serviços domésticos prestados por crianças ou adolescentes? Positivas serão as respostas da maioria que, residindo nesta cidade, encontra-se acostumada com essa realidade, cujos elementos banalizam em nossas vidas o trabalho doméstico realizado por mão-de-obra infanto-juvenil. Dessa forma, quando não se vivencia ou não se observa diretamente o trabalho infanto-juvenil doméstico, tem-se no mínimo o conhecimento de um caso.

A mudança no contexto sócio-cultural em nível nacional suscita um olhar reprovador dessa atividade, e tem como álibi a luta contra a exploração do trabalho infanto-juvenil. Todavia, para o cenário regional, tal como é difícil taxar o caboclo ribeirinho que vive da exploração do palmito de criminoso ambiental (responsável pelo desmatamento da floresta) e igualá-lo a uma grande empresa madeireira que atue de forma ilegal; é difícil, pelo menos aos olhos de quem vivencia esta realidade, enquadrar o trabalho infanto-juvenil doméstico, realizado em casas de terceiros, como simples exploração de crianças e jovens. Assim, em nosso cotidiano o trabalho infanto-juvenil doméstico é percebido sem o olhar das sentenças incriminadoras presentes nos discursos oficiais, e não se nota nenhuma contrariedade moral na contratação de menores com o intuito de provocar uma diminuição significativamente desejável no orçamento familiar.

O trabalho infanto-juvenil doméstico apresentou-se a nós como objeto de estudo por manifestar-se amiúde ao longo de nossas experiências sociais e por ser um tema escasso em estudos locais; assim como pela necessidade de conhecermos as opiniões dos principais atores deste fenômeno para relativizar o conhecimento oficial. No entanto, ressalvamos: não pretendemos negar uma visão institucionalizada que visa proteger a dignidade da pessoa humana através da preservação da infância em sua integridade. E sim contribuir com a idéia de que ouvir os principais agentes de uma dada trama social enriquece o conhecimento construído sobre as realidades humanas, além de fornecer maior eficácia às ações públicas. De todo modo, partimos dessas percepções para iniciarmos um estudo sobre um fenômeno que na última década vem tomando espaço nas agendas de

órgãos internacionais e nacionais de defesa da criança e adolescente, e cujas ações almejam erradicar essa realidade social considerada prejudicial a todas as crianças e jovens submetidos à exploração.

Esta pesquisa ao vislumbrar um olhar que não se restringisse à compreensão sócio-jurídica do fenômeno, teve como objetivo central: verificar os fundamentos sociais e culturais da rede de circulação de crianças e jovens entre Macapá e localidades interioranas para a realização do trabalho doméstico, já que muitas dessas jovens e crianças têm sua origem no interior do estado do Amapá ou do estado vizinho, Pará; e entender o universo simbólico dos grupos envolvidos, compreendendo suas representações e os significados que atribuem à migração destas jovens e crianças em direção a áreas urbanas para o exercício da atividade doméstica.

Para alcançarmos tais objetivos realizamos pesquisa bibliográfica, que nos possibilitou uma reflexão acerca de nosso objeto sob três perspectivas: as duas primeiras do âmbito sócio-jurídico e a terceira retirada da antropologia. Com isso pretendemos compreender como o tema do trabalho doméstico infanto-juvenil se apresenta para os olhares sociológicos, jurídico e antropológico. Com base em tais perspectivas realizamos pesquisa de campo na cidade de Macapá, mantendo contato com mulheres que trabalharam como domésticas na infância ou na adolescência. E também com adolescentes que, atualmente, encontram-se realizando o trabalho doméstico. Acompanhando as indicações empíricas e a necessidade de delimitar o objeto, resolvemos por definir nosso universo de pesquisa entre as jovens que vieram de cidades e localidades interioranas. Esta escolha não só nos possibilitou especificar a abordagem, mas de igual forma ajudou a revelar a relação entre dois grupos diferentes de atores: pessoas de locais reconhecidamente carentes em termos de serviços e bens, e pessoas da cidade de Macapá, que, potencialmente, atende a essas necessidades.

Algumas vicissitudes presentes na pesquisa acabaram por nos levar para uma delimitação maior de nosso objeto. Desta forma, os casos de moças afuaenses apresentaram-se em número maior, o que de qualquer modo tornou-se mais eficaz em termos de objetivos da pesquisa, levando em consideração o fato de uma de nós manter vínculos pessoais com uma das famílias dessas moças. Além do mais, atentamos para o fato de que os habitantes da cidade de Afuá mantêm contato

diário com Macapá, onde desembarcam por inúmeros motivos, dentre eles: o consumo de eletrodomésticos e roupas, e tratamento de saúde. Isso se deve principalmente por Belém, capital do estado do Pará, ao qual Afuá pertence como município, ficar a uma distância de quarenta e oito horas de viagem em barco, enquanto Macapá, capital do Amapá, fica a quatro horas de viagem.¹

As entrevistas semi-estruturadas com as jovens constituíram o meio utilizado para o acesso às informações e dados de caráter qualitativo. Esta técnica de pesquisa não só nos propiciou a coleta de dados para um entendimento da realidade dos atores estudados, assim como se apresentou como uma importante solução ao problema que a pesquisa apresentava: o universo familiar, doméstico e privado do tema. As entrevistas também se apresentaram como procedimento técnico viável à medida que optamos pela construção da história de vida de alguns desses atores sociais, porque entendemos que, através delas, o sujeito ao falar de si, fala também do meio social em que vive. A esse respeito, quando tratam do tema “como ser e se tornar idoso”, Cozinheiro e Vieira (2007, p.p. 154-155) dizem: “como idoso e sociedade não são realidades separáveis, ao ouvir a voz do idoso estava-se também a ouvir o meio social onde este se insere”. A história de vida, enquanto método apresenta dificuldades para generalizações, como admitem Cozinheiro e Vieira (2007). Mas aí mesmo enxergamos um ponto positivo, pois queremos evitar as generalizações. Além disso, O nosso objeto de estudo, em nível local, carece de material institucionalizado marcado sob a forma da escrita; é nesse contexto que a história de vida ganha relevância e torna-se essencial para o estudo desse grupo na Amazônia (COSTA, 2008).

Ademais, expomos os dados da pesquisa em forma etnográfica. Deste modo, nosso trabalho se apresenta em três capítulos distribuídos da seguinte maneira:

No capítulo inicial esboçamos um histórico do avanço da perspectiva sócio-jurídica, delineando as discussões nacionais e internacionais sobre o tema, partindo da ideia de trabalho infanto-juvenil até a especificidade do trabalho infanto-juvenil doméstico. Além disso, o capítulo enseja destacar que através de uma análise

¹ A extensão (8.410,3 km²) desse município com cerca de 35 mil habitantes (IBGE, 2010), o tamanho diminuto de sua cidade, e a proximidade ao Amapá devem fazer com que comunidades mais distantes, da sua porção oeste, ligadas às cidades através dos rios relacionem-se principalmente com Macapá, desconhecendo a própria cidade de seu município (também denominada Afuá) e a capital do estado do Pará.

cultural do fenômeno, é possível complementar o viés de interpretação sócio-jurídica.

No segundo e terceiro capítulo, apresentamos os casos de seis jovens que realizam ou realizaram trabalho doméstico em casa de terceiros. Três delas, hoje adultas, relataram suas histórias e suas experiências de vida na juventude. As outras três ainda desempenham suas atividades e nos revelaram alguns aspectos de seu cotidiano e de suas relações familiares. Abordamos ainda a importância da rede social enquanto categoria de análise desse fenômeno informal e apresentamos o elemento de relação, de cozimento da rede social, o intermediário. Através dessas etnografias revelamos os resultados obtidos na pesquisa. A saber: a identificação da dívida enquanto base das relações entre famílias de Afuá – PA e Macapá – AP; e o aspecto ideológico e de sacrifício das relações de reciprocidade presentes em nossos casos.

Novamente procuramos deixar claro que não se faz aqui nenhuma espécie de apologia ao trabalho infanto-juvenil doméstico e nem tampouco se procura justificar esta prática, mas desenvolvemos esse trabalho na tentativa de contribuir para o entendimento desse fenômeno, procurando identificar suas bases culturais em nível local. Ademais, o caráter exploratório do fenômeno não só contraria a legislação vigente como também pode ir de encontro às expectativas de grupos, cujas relações se desfazem na ausência de confiança recíproca.

1 O OLHAR SÓCIO-JURÍDICO SOBRE O TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO E A SUA CRÍTICA.

Faremos inicialmente um esclarecimento sobre as conceituações oficiais de criança, adolescente e trabalho infantil. Apresentaremos também algumas idéias que procuram relativizar estas noções. E, adiante, discutiremos o conceito de trabalho doméstico para a definição de trabalho doméstico infanto-juvenil. Apresentaremos ainda as ações governamentais voltadas para o combate deste fenômeno e suas limitações ao desconsiderar os elementos sócio-culturais.

1.1 Infância e Adolescência: relativizando conceitos

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990), criança é a pessoa de 0 a 12 anos de idade incompletos. Já o adolescente é a pessoa de 12 a 18 anos. Além desta definição direta, o ECA também delimita as noções de criança e adolescente à luz da doutrina de proteção integral, visando resguardar os processos de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e psicossocial daqueles (LAMARÃO, 2000).

O discurso contemporâneo e oficial, respaldado por trabalhos científicos (CHERMONT, 2005, LAMARÃO, 2000, SABÓIA, 2000), afirma que tais definições correspondem a características imanentes ao desenvolvimento salutar da pessoa humana, e que as fases da infância e da adolescência são e devem ser vivenciados igualmente por todos independente de qualquer contexto. No entanto, pesquisadores, como Margaret Mead e Philippe Ariès, apresentam noções que indicam as conjunturas culturais e históricas como fundamentais para a conformação de papéis familiares e sociais referentes a crianças e adolescentes.

Assim, Mead (1945), dentro de uma análise cultural, em seus estudos sobre os jovens da sociedade de Samoa, nos anos 20, apresenta idéias que apontam as normas e tradições culturais como fortes orientadores da natureza dos jovens. Nesse sentido, em sua pesquisa, Margaret Mead procurou entender o que

significava ser criança ou adolescente em outras realidades sócio-culturais. Suas observações diárias da vida dos jovens samoanos, na qual as escolhas para a fase adulta não se apresentam em um leque denso de opções, levaram-na a concluir que a adolescência varia conforme as realidades culturais em que se manifesta. Esta afirmativa contestou na época a proposição de educadores norte-americanos sobre a universalidade de uma fase conturbada na adolescência.

Retomando uma concepção presente em discussões recentes na historiografia contemporânea, averiguamos que a própria noção de infância na sociedade moderna é relativamente recente. Tal afirmação tem como defensor o pesquisador francês Philippe Ariès. Em sua obra, *História Social da Criança e da Família* (1973), advoga que o conceito, ou as idéias que predominam atualmente sobre a infância, foram sendo historicamente construídos. As crianças, por muito tempo, não foram vistas como seres em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, mas sim como adultos em miniatura. Esta concepção de infância teria refletido nas relações cotidianas ao longo da Idade Média e levado crianças a desempenhar amiúde trabalhos e assumir responsabilidades pertencentes aos adultos. Para Ariès, na sociedade medieval não existia o sentimento de infância. Sobre essa questão, o autor procura distinguir as demonstrações modernas de afeição pelas crianças do que ele concebe como um reconhecimento da particularidade infantil e uma determinada distinção entre crianças e adultos. Nesse sentido, as crianças por realizarem trabalhos na Idade Média não eram desprezadas nem necessariamente maltratadas, mas tinham apenas seu cotidiano associado com as tarefas dos adultos.

Atualmente, tal confusão entre as atribuições de adultos, crianças e adolescentes, se apresenta como inaceitável e torna-se alvo de políticas públicas por todo o mundo. Mas o que então teria contribuído para essa mudança de concepção de infância ao longo da história da sociedade ocidental, base da matriz ideológica da sociedade globalizada? Ariès nos revela: na Idade Média, especificamente em seus últimos anos, a criança passou a ser resguardada pelas famílias e a infância tornou-se fase relevante para a sociedade devido, parcialmente, à formação de institutos de ensino presididos por igrejas e de uma preocupação moderna com a educação.

[...] As ordens religiosas fundadas então, como os jesuítas e os oratorianos, tornaram-se ordens dedicadas ao ensino [...] essencialmente reservado às crianças e aos jovens. Essa literatura, essa propaganda, ensinou aos pais que eles eram guardiões espirituais, que eram responsáveis perante Deus pela alma, e até mesmo, no final, pelo corpo de seus filhos. (ARIÈS, 1973, p 194)

Assim, entendeu-se a importância de crianças e jovens prepararem-se para a vida nas instituições de educação, antes de se unirem aos adultos. Imperativo que se apresentou por muito tempo somente à nobreza e, mais adiante, principalmente para a burguesia. A educação infanto-juvenil tornara-se então um privilégio de classes. Nessa lógica, as atribuições da vida adulta para crianças e adolescentes foram ainda por muito tempo aceitas entre as classes populares da Europa e ignoradas pelo Estado.

Documentos citados por Marx em “O Capital: crítica da economia política” (2010) revelam haver na Inglaterra do século XIX uma aceitabilidade, por parte do governo, da exploração de mão-de-obra de crianças pertencentes às classes pobres, nos ramos da indústria (MARX, 2010, pp.297-305). O Historiador Eric Hobsbawm, “Na Era das Revoluções” (1963) afirma que, “de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-47, cerca de um-quarto eram homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante de rapazes abaixo dos 18 anos” (HOBSBAWN, p36). Nas fábricas onde a disciplina do operariado urgia, atentou-se para a conveniência de empregar as passivas e mais baratas mulheres e crianças. Isso ocorria porque os homens, exceto os mais famintos, tratavam de ignorar esse tipo de trabalho, e quando não tinham alternativa de subsistência resistiam em sua grande maioria contra a disciplina cruel de um modo mais consistente do que as mulheres e as crianças, a quem os proprietários de fábricas davam, por isso, preferência, e a quem pagavam salários abomináveis.

Apenas no início do século XX, o trabalho infantil passou a ser contestado de maneira sistemática pelos governos, apresentando-se como uma das principais questões na Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua quinta Convenção Internacional realizada em 1919. Nesta ocasião proibiu-se sua realização na indústria por menores de 14 anos. Após cinquenta anos, a Convenção nº 138, realizada em 1973, propôs a abolição do trabalho infantil e estabeleceu a idade mínima de dezesseis anos para o efetivo ingresso no mercado de trabalho, dando,

entretanto, aos países subdesenvolvidos a tolerância da idade mínima de catorze anos (OLIVEIRA, 2000).

Orientado pelas diretrizes internacionais, em 1989, o Brasil realizou a Convenção dos Direitos da Criança, e iniciou importantes reformas de sua legislação referente a crianças e adolescentes. A Constituição de 1988 já garantia o trabalho protegido às jovens de 14 a 18 anos, proibindo seu emprego em tarefas insalubres, perigosas ou noturnas, quando o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei 8.069) de 1990 estabeleceu a proibição do trabalho, na ausência da condição de aprendiz, para menores de quatorze anos de idade (art. 60), a menor idade aceita pela Convenção nº138. Pontuamos que a aprendizagem, para o ECA, é “a formação técnica profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor” (art.62).

Mais tarde, seguindo a Recomendação 146 da OIT, o Congresso brasileiro aprovou a emenda constitucional nº20, em 16 de dezembro de 1998, e elevou para dezesseis anos a idade mínima para o envolvimento de jovens com o trabalho, sendo aceito, então, para a faixa etária 14-16, apenas o trabalho com acompanhamento ensino aprendizagem (OLIVEIRA, 2000). Acima dos dezesseis anos é permitido o trabalho desde que sejam respeitados os direitos trabalhistas e previdenciários. Desde então órgãos nacionais vêm juntando esforços para cumprir com a meta estabelecida de erradicar o trabalho realizado por menores de dezesseis anos. A presença dessas normas de restrição ao trabalho de menores no ordenamento jurídico brasileiro deve-se, sobretudo, a um movimento de preocupação renovada com as crianças e os adolescentes trabalhadores e que, em nível mundial, veio tomando forças ao longo dos anos com o intuito primordial de combater sistematicamente o trabalho infantil. Algumas das mais recentes manifestações desse movimento são: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), implantado no Brasil em 1992; a Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, realizada em Genebra em 1998; a criação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho de Crianças e Adolescentes, em 1999 e o intenso trabalho de articulação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FÓRUM, 2000).

No Brasil as políticas públicas visam convencer que a responsabilidade do trabalho não pode ser posta sobre os ombros de jovens e crianças de todo o país.

Sob essa diretriz o Ministério do Trabalho desenvolveu, nos últimos anos, uma ampla atuação visando eliminar o trabalho infantil em geral. Entre os numerosos atos administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego está a criação de Comissão Tripartite para determinar as piores formas de trabalho infantil a que se refere o art. 3 da convenção 182 da OIT (LINS, 2004).

São inegáveis as contribuições das legislações mundiais e nacionais para retirar crianças e adolescentes da exploração de algumas formas de trabalho. E tal trajetória tomada na sociedade ao longo dos últimos anos também confirma as proposições de Ariès (1973) de que para entender a infância é necessário contextualizá-la devidamente na História. Mas, considerando a existência, mesmo diante de um intenso fortalecimento da cultura globalizada, de peculiaridades culturais e locais, a sociedade nacional não estaria impondo de maneira arbitrária à população em geral, algumas visões que destoam da realidade cotidiana?

Não que acordemos com a exploração do trabalho infantil, mas, autores como Cohn (2000) afirmam que a infância pode ser pensada de maneira diversa em diferentes contextos sócio-culturais. E ainda, ao revisitar as origens do termo juventude (MEAD, 1946), haverá sempre a necessidade de não generalizar-se uma categoria como esta, dando, dessa forma, poderes a ela para abranger todas as realidades e peculiaridades pertencentes aos jovens em diferentes contextos históricos e sócio-culturais.

1.2 O Problema do Trabalho Infanto-Juvenil Doméstico

Segundo Oliveira (2000), a legislação brasileira define trabalho doméstico como prestação de serviços de natureza contínua em residências de terceiros que não almejam obter lucro através dele, não importando ainda que o trabalho seja realizado em casas de famílias das áreas urbanas ou rurais. Custódio (2006), se utilizando de duas acepções, uma proposta por Karl Marx, outra, por Hannah Arendt, conclui que trabalho doméstico, no contexto do capitalismo, é também trabalho alienado. Pois também se aplica ao trabalho em domicílio a dissociação da condição autônoma de transformação da natureza, que afasta o indivíduo das faculdades

criadoras e cria um estranhamento em relação aos objetos que produz; levando-o ainda através da realização do trabalho à artificialidade da sua existência humana. Para Custódio (2006) o trabalho doméstico está articulado com o conjunto mais amplo constituído na sociedade capitalista produtora de mercadorias e serviços, que sob a mesma lógica de contradição leva à exploração da mão de obra doméstica. No entanto, comungamos com Heilborn (1999), quando ao estudar os grupos populares, nos diz que o significado referido ao trabalho varia, nem sempre se manifestando com cunho negativo. Ele se apresenta comumente com um valor moral positivo para a edificação do caráter da pessoa, o que significa, de acordo com essa postura, uma tendência a dar maior relevo às visões de mundo que destoam de pressupostos que se querem hegemônicos tais como: as visões estatal e sócio-jurídica que universalizam arbitrariamente categorias como o trabalho, a infância, a adolescência, a exploração.

Ainda que, atualmente, haja a procura por uma ampliação do conceito de trabalho doméstico que supere o sentido unívoco generalizado, o qual não atribui valor econômico àqueles serviços realizados pelo agente em seu próprio lar - visão esta que ignora que as atividades domésticas também requerem um tempo relevante da vida e geram valor, uma vez que servem para reproduzir também a força de trabalho (ROBERGE apud HEILBORN, 1999, p.15), optamos pela distinção entre as tarefas domésticas, que são desempenhadas no âmbito da casa para o benefício do conjunto de parentes, e aquelas atividades que são realizadas por crianças e adolescentes fora do seu domicílio familiar, caracterizadas como trabalho na condição de empregadas domésticas (HEILBORN, 1999). Portanto, para fins de definição, neste texto referimo-nos ao trabalho doméstico infanto-juvenil como aquele que é realizado por crianças e adolescentes fora de suas casas, ou seja, em casa de terceiros.

No plano internacional, afirma Sabóia (2000), especificamente com o início da década de 90, surgiu a necessidade de se conhecer melhor a dimensão do problema do trabalho infantil e juvenil realizado em âmbito doméstico, para desenharem-se ações capazes de atingir esta realidade. Em 1997, a Organização das Nações Unidas (ONU) denunciou o trabalho doméstico como o mais explorador de crianças e jovens. Sendo fato sua difusão em praticamente todo o mundo apresentou-se como uma realidade difícil de ser combatida devido às dificuldades de

observação, à realização em âmbitos domésticos e privados e à falta de pesquisas sobre o assunto (SABÓIA 2000). Lamarão (2000) afirma que, até recentemente, o trabalho doméstico infantil era ignorado na maioria das pesquisas, devido, entre outras coisas, à naturalização da participação de crianças nos afazeres domésticos – seja em suas próprias casas ou nas de terceiros.

Para acelerar o processo de conhecimento da realidade das meninas trabalhadoras, o seminário realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano de 2000 (LINS, 2004) considerou indispensável dispor do depoimento de meninas para focalizar adequadamente o público-alvo e o conteúdo de uma campanha nacional. A campanha foi uma das estratégias para atingir o trabalho infantil doméstico, um problema que, em certas regiões do globo envolve milhares de crianças e jovens.

No Brasil, o Estatuto da Criança e Adolescente (1990) não se refere de maneira específica ao trabalho doméstico infanto-juvenil. E ainda, a observação deste fenômeno se torna inviável devido à impossibilidade do agente de fiscalização adentrar a residência particular, porque a Constituição Federal estabelece que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, nela não podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial” (art. 5, XI, C.F apud CHERMONT, 2005). Sabe-se, no entanto, que grande parte deste tipo de trabalho é realizada inicialmente pelas meninas em suas próprias casas, incluindo a responsabilidade pelo cuidado dos irmãos menores (SABÓIA, 2000). Segundo a mesma autora:

Cerca de quatro de cada cinco meninas empregadas domésticas são encontradas nas regiões urbanas. Trata-se ainda de uma ocupação em que as meninas trabalham em média entre 42 horas por semana (para as que não residem no trabalho) e 50 horas (para as residentes), apresentando uma jornada de trabalho maior do que em qualquer outra ocupação infanto-juvenil (SABÓIA, 2000, p. 15).

O Ministério do Trabalho e Emprego juntamente com os Ministérios da Assistência Social e da Educação, criaram em 2003 a Comissão Especial de Trabalho Infantil Doméstico - CETID (CHERMONT, 2005). Como resultados vieram as diretrizes para uma política pública de prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico além de um plano de ação emergencial voltado para crianças e

adolescentes na faixa etária de sete a dezesseis anos incompletos, envolvidos com o trabalho doméstico.

Os dados apresentados acima, em sua maioria, foram extraídos de pesquisas integrantes de ações tomadas por órgãos públicos competentes pelo combate e erradicação do trabalho doméstico infanto-juvenil. Já que a invisibilidade do trabalho infantil doméstico não se fazia apenas na realidade de exploração de crianças e adolescentes, mas também no campo teórico, provou-se serem reduzidos os estudos e pesquisas sobre o tema do trabalho doméstico infanto-juvenil. Para tanto, cientistas sociais realizaram trabalhos, que visaram de forma quantitativa e qualitativa, conhecer melhor o fenômeno do trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil e dar suporte empírico para ações efetivas contra a exploração de mão de obra infantil.

Mais recentemente, no estado do Pará emergiram movimentos para a defesa de crianças e adolescentes em situações de trabalho consideradas de difícil visibilidade social, como o trabalho infanto-juvenil doméstico (CEDECA, 2002). Em Belém, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - EMAÚS, entidade não-governamental, com apoio de organizações internacionais, iniciou uma ação diferenciada de combate a essa forma de trabalho infanto-juvenil. Pesquisas sobre o fenômeno local e a efetivação de um programa que incluísse os poderes públicos municipal, estadual, empresários, universidades e sociedade civil, foram materializadas. Como parte dessa estratégia, o programa estimulou a divulgação de dados sobre a situação de meninas envolvidas em trabalho doméstico e formas de erradicação. O CEDECA EMAÚS, efetivamente, é o primeiro centro de defesa criado no Brasil, como resposta social às violações dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em um de seus estudos afirma-se que:

As crianças trabalhadoras domésticas estão inseridas em famílias com baixa renda, com um nível de escolaridade muito baixo e uma grande parte apenas reproduz a história já vivida pela mãe. A pobreza presente no espaço geo-social das meninas se constitui em um dos principais motivos para a saída da família de origem, agregando outros elementos como, a organização ou reorganização familiar, o abandono, a violência e a busca pelo estudo. (CEDECA, 2002, p. 8).

Nessa perspectiva do CEDECA (2002), tem-se o norte do Brasil como uma região atrasada, cujas características marcantes, tais como economia extrativista,

problema da falta de acesso à educação e de geração de rendas alternativas para as famílias das regiões rurais, seriam fatores determinantes no fluxo de crianças e adolescentes para o meio urbano. Baseando-se em uma melhora do acesso a recursos básicos, essa migração acabaria por incentivar a inclusão de crianças e adolescentes em trabalhos domésticos “disfarçados” de “acolhimento assistencial” por famílias do centro urbano. Submetendo-se a todas as formas de exploração, essas crianças e adolescentes assumem todas as tarefas domésticas da casa, pelo motivo de que os adultos saem para o trabalho e repassam para esses menores de idade todas as responsabilidades do lar, transformando-os em “trabalhadores domésticos familiares” cujas tarefas, nesta visão, somente adequadas ao adulto, são: cuidar dos menores, da higiene da casa, do preparo da alimentação, da limpeza das roupas da família, etc. Nessa corrente, Lamarão, em sua análise do trabalho doméstico infanto-juvenil na realidade do Pará, afirma que:

Na casa de terceiros, o pagamento pelos serviços prestados, na maioria das vezes se configura numa relação de troca de favores— de um lado a prestação de serviços da menina à casa e, de outro a disponibilização da moradia, da escola, doação de roupas, calçados, excluindo o pagamento monetário. Nos casos em que existe o pagamento monetário, os valores estão abaixo do salário mínimo. Para as meninas com idade de admissão ao trabalho, isto é, acima dos 16 anos, não há a formalização do contrato de trabalho e, por conseguinte, a assinatura da carteira de trabalho. (LAMARÃO, 2000, p. 4)

Tais conhecimentos alcançados, segundo Heilborn (1999), podem ser complementados efetivamente através de uma concessão parcial à perspectiva antropológica. Esta, ao apontar para além das condições materiais de existência, poderia nos apresentar certas maneiras de conceber a realidade como também passíveis de explicar as razões que levam as meninas desde cedo a se tornarem parcialmente responsáveis pelos serviços domésticos e conseqüentemente pelo trabalho doméstico:

As políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes relacionadas à ampliação de oportunidades e conquista de direitos humanos precisam levar em conta os condicionantes materiais e simbólicos que estruturam a família em grupos populares, tendo em vista o papel do grupo doméstico na construção da identidade dos sujeitos sociais (HEILBORN, 1999, p 34)

As ações sociais voltadas para o combate do trabalho infanto-juvenil doméstico, a legislação vigente e os trabalhos de investigação desta realidade, da

maneira como se apresentam, encontram-se limitados para uma plena aplicação de políticas públicas eficientes quanto à exploração do trabalho infanto-juvenil doméstico, pois, ainda de acordo com Heilborn:

[...] se determinadas realidades sociais destoam da concepção de infância e adolescência nele expressas, elas não estão espelhando um estilo maldoso ou violento de infração de direitos da infância. Saber dessas diferenças culturais não implica o intento de mantê-las intactas como numa espécie de relicário de manifestações culturais distintas, mas estar atento a elas como um caminho em que se possa melhor interpretar a aplicação da lei. (HEILBORN, 1999, p. 31)

O aprofundamento da questão pode significar o simples ato de personalizar o geral, ou de outro modo, interpretar um aspecto local apenas e através de uma perspectiva voltada para o lugar. No entanto, a visão sócio-jurídica, em sua rigidez, pode vir a esconder uma realidade cultural que deve ser reconhecida. Nosso papel enquanto pesquisadores é tomar esta posição, e buscar através da antropologia, nosso espaço de debate e um caminho para mostrar o campo simbólico e as relações que circundam o trabalho doméstico infanto-juvenil na cidade de Macapá.

2 REDES SOCIAIS E INFORMALIDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL

2.1 Apresentando Menores e Mulheres

Em um período de aproximadamente 12 meses nos encontramos com adolescentes empregadas domésticas e com mulheres² que desempenharam essa função na infância ou adolescência. Sendo todas de origem interiorana, algumas conhecemos através de indicações feitas por colegas e familiares, e outras já faziam parte de nossas relações pessoais. De tal modo que, se tivemos que elaborar estratégias para uma formação de considerável intimidade com algumas, com as outras fomos favorecidas pelos vínculos pré-existentes entre elas e nós.

De acordo com a proposta da pesquisa, optamos por trabalhar apenas com moças de Afuá. Achemos conveniente esclarecermos melhor esse ponto de nossa pesquisa. A escolha das jovens com essa origem ocorreu não apenas pelo contato freqüente que os moradores de Afuá mantêm com Macapá, mas também e, principalmente, por essas moças afuaenses, terem facilitado a relação sujeito-objeto. Expliquemos melhor: algumas jovens contatadas por nós manifestaram em suas atitudes muito entusiasmo em contribuir para a pesquisa, enquanto outras resistiram em nos colocar a par de suas realidades de domésticas e relações familiares.

Por exemplo, uma adolescente de treze anos, cuja única relação preexistente entre nós era a de vizinhança, e a quem nomearemos Rosa, acordou por várias ocasiões em conversar conosco. Tais entrevistas, entretanto, findavam-se sem produzir muitos frutos. Havia uma considerável resistência da parte da jovem em responder perguntas referentes aos motivos de sua migração para Macapá, assim como as relações entre sua família e a de seu patrão. Podemos afirmar, todavia, que até aquele momento, cerca de um ano atrás, fazia um ano e meio que migrara de

² Sobre a questão de gênero no trabalho infanto-juvenil doméstico, Heilborn (1999) afirma que as crianças nas camadas populares desde cedo passam a ter atribuições dentro da família e as meninas, especificamente, são educadas para cuidarem das atividades domésticas e para assumirem os cuidados infantis com as crianças menores.

Laranjal do Jarí para trabalhar como doméstica em Macapá e residir com seus patrões, funcionários públicos. Sendo estes amigos dos familiares da jovem Rosa, não sabemos, no entanto, em que circunstâncias se firmou o acordo entre essas famílias. Mas reservamos seu caso para a discussão do aspecto ideológico das relações de reciprocidade porque Rosa nos afirmou que naquele momento não estudava.

Curiosamente, como citado acima, atingimos maiores êxitos com jovens afuaenses e conseguimos compreender e tecer as tramas simbólicas pertinentes aos seus casos. O fato destas aproximações com as moças de Afuá não terem ocorrido com muita dificuldade atribuímos às intermediações realizadas por aqueles que nos indicaram as jovens, com as quais já mantinham algum tipo de relação, e ao certo grau de intimidade presente entre algumas e nós. Quando alguns desses primeiros encontros ocorreram, após conversas travadas por telefone, podemos afirmar que, em suas posturas, já identificamos algum grau de confiança. Assim, tivemos em nossa pesquisa as participações e contribuições de Cândida, Margarida, Daniele, Richeli e Fabiana, moças afuaenses com idades entre dezesseis e trinta e um anos.

2.1.1 Margarida e Cândida

Os casos de Margarida e de sua irmã Cândida, respectivamente com as idades de trinta e um e trinta anos, apresentam-se como um bom fundamento empírico para nosso estudo em questão.

Margarida e Cândida não desempenham, atualmente, o trabalho doméstico, mas, ainda residem na cidade de Macapá. Saíram da cidade de Afuá para Macapá, com as idades respectivas de doze e catorze anos, em períodos distintos da década de noventa, para trabalharem em casa de parentes no ofício de babá. Com cordialidade, nos receberam esporadicamente em sua casa, e nos relataram os tempos vivenciados nos lares de seus parentes. As histórias e relações familiares destas moças foram contadas com naturalidade e sem muita reserva, já que uma de nós possui vínculos estreitos com estas. Cada uma delas tem um tom específico

para narrar seu passado de babá, esta distinção talvez se deva aos caminhos diferentes que suas histórias tomaram.

Ora irreverente, ora séria, mas sempre com um acentuado orgulho, Margarida se recordou dos dias em que cuidava de sua prima de segundo grau, e quem a chamou de mãe ao longo dos seis anos que ficou como sua babá. Esta relação entre primas de segundo grau, ou entre babá e criança, teria proporcionado grande diversão para Margarida, pois desde cedo se ocupara dos cuidados com seus irmãos mais novos, tarefa esta que sempre comparou à brincadeira com bonecas. Nesse sentido, para Margarida, sua prima era uma “bonequinha” cuja preciosidade exigia cuidados extremos tais como, esconder-se com ela, no armário, para que não recebesse palmadas como castigo. O que por si só já era bastante divertido. A proteção e carinhos que Margarida concedia a sua pequena prima tornaram-se, na casa de seus tios, sua principal fonte de alegria.

Gosto muito de minha prima. Quando nos encontramos, e isso hoje em dia é raro, ela brinca me chamando de mãe. Gosto também muito da mãe dela, que é minha prima de primeiro grau, e também da minha tia Ester, que sempre cuidou muito bem de mim e nunca me faltou nada no tempo em que morei com eles. (Margarida, 31 anos)

Quando Margarida completou dezenove anos sua tia Ester “devolveu-a” para sua família, sob a justificativa de que não seria responsável se Margarida, então namorando, viesse a engravidar. Não muito depois, a família de Margarida comprou uma casa na cidade de Macapá, onde atualmente mora com alguns de seus irmãos. A casa própria de sua família em Macapá permitiu à Margarida prosseguir seus estudos em cursinhos de pré-vestibular. Para sustentar-se, trabalhou no comércio, e manteve-se empregada por oito anos em uma conhecida loja de importados da cidade. Não conseguiu ingressar na universidade federal, mas hoje em dia é funcionária pública efetiva do município. Margarida tem uma filha de três anos de idade e recentemente rompeu um relacionamento de treze anos, cujo início datava do período em que ainda era babá.

Cândida, por sua vez, demonstrava em grande parte de nossas conversas um ar de arrependimento, afirmando muitas vezes não ter se agradado do período em que morou com sua prima e marido para trabalhar de babá. Esta atitude, no entanto, era a que tomava na presença de sua irmã, pois quando ficava a sós conosco seu discurso e suas opiniões tornavam positivo esse mesmo período. Cândida

atualmente se encontra desempregada. Após ter retornado, ainda adolescente, para Afuá, trabalhou com parentes em uma loja de roupas. Com a compra da residência familiar em Macapá, retornou com maioridade, e dentre as várias funções que desempenhou desde então, estão a de babá, novamente para parentes, caixa de lanchonete, e atendente de uma locadora de vídeos, loja também pertencente a parentes. Cândida se orgulha por ser solteira e não possuir filhos, isto supostamente a livra de “problemas maiores”, nos diz. E declaradamente assume não gostar de estudar. Como nos disse sua irmã Margarida, Cândida só concluiu o segundo grau a custo de muita pressão da família. Quando Cândida fez referência a sua condição de desempregada e às dificuldades para se conseguir emprego hoje em dia, afirmou que uma de suas primas, que iria abrir uma loja de roupas, já havia feito um acordo com ela para trabalhar em sua loja.

2.1.2 Fabiana

Fabiana, hoje com 22 anos, foi vizinha de uma de nós duas quando era adolescente e trabalhava para sua madrinha. E hoje, esporadicamente reaparece para visitá-la. Fabiana, que hoje mora em um bairro da zona norte da cidade, afirmava que não tinha tempo para conceder entrevistas, nem mesmo em sua casa. Desta forma, restavam somente as ocasiões em que vinha para o centro da cidade comprar e rever a família de sua madrinha. Apesar de nunca termos ultrapassado a fronteira do “oi, tudo bem” no período em que éramos vizinhas, no entanto, foi com muita boa-vontade que Fabiana respondeu aos nossos questionamentos. Revelando, além do mais, detalhes de sua vida atual.

Hoje, mora na casa de uma das irmãs de sua madrinha e ali desempenha serviços de doméstica. Mora também com seu filho de seis anos que na verdade foi adotado informalmente por sua tia (é assim que Fabiana chama sua atual patroa) já que o pai biológico não quis assumir a criança, deixando toda a responsabilidade para a jovem. Tem vontade de ingressar em uma faculdade e afirma não ter conseguido passar no vestibular por falta de dedicação para os estudos, porque “o apoio da tia eu tenho”. Quer ser professora como sua madrinha, e também ser tão

forte e segura como ela, que foi abandonada pelo marido com seus cinco filhos em estado de miséria econômica, mas que conseguiu superar com muita garra e determinação esses problemas.

2.1.3 Daniele e Richeli

Com as adolescentes Daniele e Richeli, por não se encontrarem em nossas redes de relações, alcançamos a proximidade favorável à nossa pesquisa ao longo de nossos encontros. Nesse sentido, a cada entrevista essas jovens demonstravam-se mais disponíveis e mais à vontade com a nossa presença e indagações. Curiosamente manifestando entusiasmo com a idéia de suas histórias serem registradas e tornarem-se assunto de estudo. De forma que, Daniele fez questão de seu nome ser legitimamente usado no resultado final desta pesquisa. *“Podem colocar o meu nome no trabalho não tem problema, não.”* E na fala de outra jovem, Richeli, em um de seus momentos de descontração *“Vou contar pros meus amigos que minha história virou trabalho na UNIFAP”*. Isso talvez se apresentasse ao seu entendimento como o bônus que recebiam ao participarem da pesquisa. Esse maior envolvimento por parte dos pesquisados, após o anúncio de um futuro registro, é relatado por Zaluar:

[...] a pesquisa não precisa para os pesquisados trazer vantagens materiais imediatas. Não é essa a questão que decide a participação dos ‘nativos’ na pesquisa. No meu caso, como em outros, foi a notícia que lhes dei sobre o futuro registro de suas histórias em livro que marcou a virada do meu relacionamento com os trabalhadores pobres da Cidade de Deus. (ZALUAR,1986, p. 117)

Somente o anúncio não foi suficiente para essas jovens serem envolvidas pelo compromisso com a pesquisa, atendendo assim quando possível a nossos pedidos de encontros. E em parte essa conquista esteve relacionada com as estratégias criadas para estabelecermos um contato mais íntimo, por exemplo, na pesquisa com a jovem Daniele, com quem sempre marcávamos entrevistas associadas com entretenimentos, como caminhadas na principal praça da cidade ou

lanches em alguns estabelecimentos no bairro central. É de Zaluar também a opinião a respeito dessa fase importante para a pesquisa:

A pesquisa é política também no sentido restrito de que impõe ao pesquisador a necessidade de montar estratégias e táticas para conseguir a sua participação ou presença no grupo. Para isso, o pesquisador se engaja num circuito de trocas que não se limita às mensagens das conversas e entrevistas. Presentes, atenções, pequenos favores e, mais fortemente, atitudes definidas em situações de impasse em que está em causa sua aliança com o grupo estudado [...] é que vão permitir a continuidade desta presença estranha. (ZALUAR, 1986, p. 116)

Com Daniele mantivemos nosso primeiro contato durante o intervalo de sua aula, em uma praça situada em frente a sua escola. Daniele tem dezesseis anos, nasceu e cresceu em uma localidade de Afuá, fato que a orgulha muito, ressaltou. Lá morou com sua família e era estimulada desde cedo a auxiliar na criação de seus irmãos mais novos, serviço que para ela era um dever dissociado de qualquer aborrecimento por gostar muito dos “pequenos”, ainda mais porque sua mãe requeria auxílio por ser basicamente a responsável pelo sustento do lar e trabalhar como professora nas localidades próximas de sua casa.

Daniele demonstrou sempre nutrir muita consideração e preocupação por sua mãe, afirmando que irá trazê-la para Macapá quando conseguir dinheiro suficiente com os seus outros irmãos mais velhos para comprar uma casa. Ela nos diz “gosto muito do lugar onde nasci, mas não quero voltar a morar lá de novo. Quero que minha mãe venha para Macapá porque aqui é melhor. Aqui tem hospital se ela precisar, na cidade de Afuá só tem um posto onde só o que eles fazem é dar *buscopam*”.

Ao término do ensino fundamental, sua família iniciou uma corrida para inseri-la em um ensino médio de qualidade, já que para eles a cidade de Afuá não poderia oferecer essa condição escolar. A irmã mais velha de Daniele, Mariana, morando em Macapá, acabara de dar à luz e solicitou-a a mãe, D. Constância, que atendeu ao pedido não somente para retribuir a uma filha que sempre enviava mensalmente um valor em dinheiro para as despesas com os irmãos mais novos, mas principalmente para encaminhar a vida da outra, Daniele, cujo futuro estaria melhor garantido em Macapá. Nas palavras de Daniele:

Minha mãe achou que era bom pra “mim” morar em Macapá, ainda melhor

porque eu vim morar e trabalhar para minha irmã mais velha e não para um desconhecido, o que para ela era uma garantia de que aqui eu ia ficar bem, podendo estudar. (Daniele, 16 anos)

Foi através de Daniele que conhecemos Richeli, colega de infância e estudante do mesmo colégio. O contato com esta jovem de dezessete anos se apresentou a nós com relativa dificuldade no início. Não que Richeli não tenha se sentido segura com a nossa aproximação, isto nos contou Daniele, “o problema é que a Richeli é tímida e nunca foi de falar muito”. Respondendo quase sempre às nossas perguntas com monossílabos, dificilmente conseguimos obter dela um discurso fluente, extraindo dados de sua história através de perguntas diretas e respostas curtas. Foram poucos os momentos em que a vimos com maior desenvoltura, e estas ocasiões sempre tinham a participação de sua amiga Daniele.

2.2 Entendendo o Trabalho Doméstico Infanto- Juvenil através da Categoria de Rede Social.

De um modo geral, podemos afirmar que estas jovens da cidade de Afuá se deslocaram para Macapá, com o fim de realizarem trabalho doméstico em casa de terceiros, geralmente membros da própria família, reproduzindo uma prática secular na região em que “acordos”, entre famílias, ignoram acertos legais e pautam-se basicamente na confiança. Esta prática, vivenciada e produzida pelos atores locais não se desvincula de um universo simbólico que lhe dá arranjo explicativo, nem tampouco é despossuída de uma estrutura de relações que garante a sua produção. Assim, as categorias antropológicas apresentam-se como elementos importantes para uma reflexão a respeito desta realidade. Como diz Nadel:

[...] a preocupação principal [da antropologia] refere-se aos espaços intersticiais da estrutura social, enquanto as outras disciplinas preocupam-se em primeira instância com a estrutura geral propriamente dita, isto é, com instituições específicas, associações, maquinaria legal, etc. [...] a atividade do antropólogo consiste na análise do parentesco e conseqüentemente das relações que são em grande proporção personalizadas e diretas. Esta pode muito bem ser umas das contribuições mais importantes que o antropólogo é capaz de trazer para o estudo das sociedades modernas. (NADEL, 1956, p. 69)

Neste mesmo viés teórico, temos Durhan que diz:

[...] os esquemas globalizadores com os quais a sociologia e a ciência política produziram no passado uma interpretação coerente da sociedade nacional, tem-se revelado singularmente inadequados [...] nessas circunstâncias, o trabalho altamente descritivo da antropologia, sua capacidade de detectar perspectivas divergentes e interpretações alternativas apresenta um material provocativo e estimulante para repensar a realidade social. (DURHAN, 1986, p. 18)

Assim, não podemos deixar de entrever uma perspectiva antropológica em um estudo que vem buscar uma visão complementar do aspecto sócio-jurídico do fenômeno. Por suas potencialidades analíticas e metodológicas, o conceito de rede social é apropriado para o estudo do trabalho doméstico infanto-juvenil realizado por estas menores de Afuá, permitindo, de uma forma operacional, estudar o modo como estes indivíduos mobilizam diferentes tipos de relações sociais para atender suas necessidades de bem-estar. A rede social permite uma grande flexibilidade de análise em relação ao problema que o investigador quer estudar (BARNES, 1969), podendo centralizar-se no indivíduo, casal ou na totalidade da rede familiar; analisando-se a *rede total* de relações do indivíduo ou da família, ou uma *rede parcial* (BOISSEVAIN, 1974), isolada em função de um determinado aspecto da atividade social, relações econômicas, de trabalho, de parentesco, de amizade. Nos casos em análise verificamos essa flexibilidade, para cada um destes a análise partiu convenientemente de um casal (os pais de Margarida e Cândida) ou de um indivíduo (a mãe de Daniele, o pai de Richeli). Basicamente em cada caso de nossa pesquisa analisamos uma rede parcial fundamentada em relações de parentesco ou de amizade

Nos casos de Margarida e Cândida encontramos basicamente três famílias envolvidas: a família de D. Maria, mãe de Margarida e Cândida, na época residindo integralmente em Afuá; a família de D. Ester (cunhada de D. Maria) residente em Macapá; e a família do Sr. Luis (idem) com moradia em Macapá (ver figura 1).

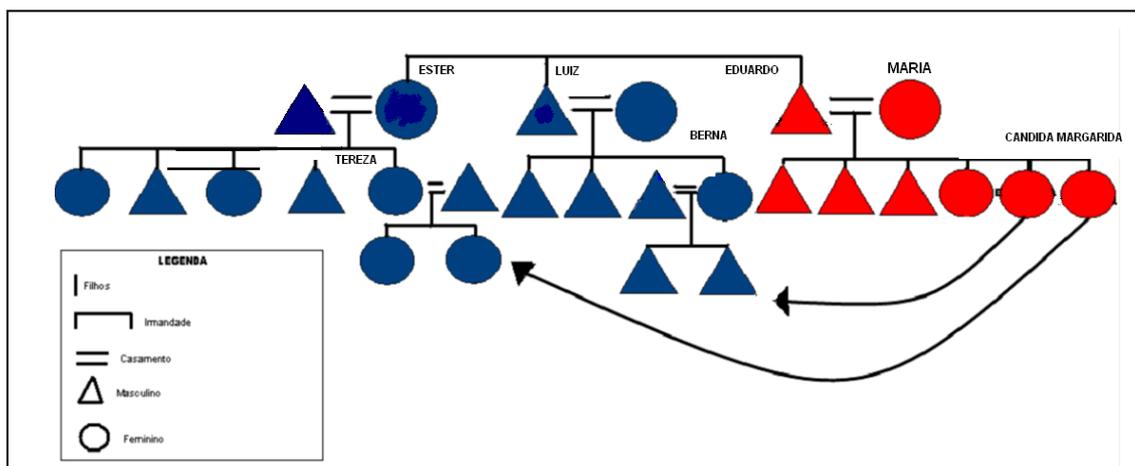


Figura 1: Estrutura de Parentesco da Família de Margarida e Cândida.
Fonte: Produzido pelas autoras.

A ilustração acima demonstra em termos antropológicos a sistemática de redes que ocorreu na estrutura familiar de Margarida e Cândida, em função de interesses e reciprocidades. Os grupos familiares em azul, moradores na cidade da Macapá, têm como membros os irmãos do Sr. Eduardo: Sra. Ester e o Sr. Luiz. Ambos recorreram aos seus laços de irmandade assim como também (no caso da Sra. Ester), aos de amizade para atender a necessidade de ter alguém de confiança para ocupar a função de babá de seus netos. A Sra. Ester e Sr. Luiz representam partes fundamentais da *rede social* formada entre estas famílias das cidades de Macapá e Afuá, desempenhando de maneira direta ou indireta o papel de intermediadores, já que são eles que dispõem de um passado que envolve a primeira família com as duas seguintes em um relacionamento de reciprocidade corrente ao longo dos anos, como veremos a seguir. Segundo Margarida:

Minha tia Ester foi em casa, no Afuá, conversar com a mamãe (D. Maria) para “me pedir” para cuidar da filha da Tereza, minha prima. Ela trabalhava como arquiteta e precisava de alguém confiável para ajudar “ela” com o bebê. A mamãe me deixou vim porque assim eu poderia estudar aqui em Macapá. Lá em Afuá na época mal tinha o primeiro grau. (Margarida, 31 anos)

Neste caso, a Sra. Ester foi solicitar à cunhada, D. Maria, sua filha Margarida, mas o interessante é que não foi propriamente para ela, mas para cuidar de seus netos, que com os pais moravam com a Sra. Ester. Portanto, D. Ester agiu como intermediadora facilitando para sua filha, Tereza, o recurso de mão-de-obra doméstica confiável e menos onerosa, esta característica vista também como

imprescindível para a contratação de babás. Daí a recorrência da família da Sra. Ester à família de sua cunhada, D. Maria.

Mas, por que a Sra. Ester recorreu à cunhada e não diretamente ao irmão, Sr. Eduardo? Obviamente, o laço de fraternidade existente entre Sra. Ester e o Sr. Eduardo é fundamental para a “negociação”, mas esta só se tornou possível quando se recorreu diretamente à figura de D. Maria. Porque, quem “manda em casa” é D. Maria, que responsável pela criação direta dos filhos e, portanto detentora de maior autoridade sobre eles e seu destino, afirma não ter sido apenas a mãe como também a principal provedora do sustento de seus filhos por um bom tempo, quando o Sr. Eduardo *“viajava pelo Marajó e não mandava nada para os gastos de casa, e nem os avós dos pequenos (...) eu tive que me virar sozinha pra criar meus filhos”*. Desta forma, todos da família sabem da negligência do Sr. Eduardo em relação à criação de seus filhos e reconhecem que D. Maria é quem goza de maior autoridade em sua casa, decidindo o que é melhor para o futuro de suas filhas.

As redes egocentradas são como o conjunto de indivíduos que conhecem e interagem com um determinado ego, podendo ser um indivíduo ou mesmo um casal (PORTUGAL, 2002). Nos casos das irmãs, Cândida e Margarida, temos seus pais (D. Maria e o Sr. Eduardo), ou seja, um casal desempenhando o papel de ego das redes que convenientemente estruturadas pelos intermediadores são acessadas por estes para atender interesses próprios ou de terceiros. O movimento de crianças e jovens de Afuá para Macapá, conforme se verifica, pode ser explicado através do conceito de rede social, pois fluxo de pessoas entre as cidades pode ser garantido por laços familiares, de amizade, ou de compadrio. Há um campo social que garante ao migrante (criança ou jovem) – que não possui bases culturais ou econômicas para ficar em uma cidade desconhecida – estabelecer-se em Macapá com segurança, moradia, alimentação, estudo, etc. Do mesmo modo, este campo social propicia ao cidadão macapaense dispor de mão-de-obra confiável e relativamente barata.

Vejamos o caso de Richeli. Proveniente da localidade de Santo Antônio, município de Afuá, onde morava com seu pai e um irmão mais velho, o caso de Richeli se assemelha muito aos demais, com a diferença de Richeli estar trabalhando não na casa de algum parente, mas de uma amiga de longa data da família. Neste caso, o Sr. Benedito, pai de Richeli, teria sido o solicitante e não o

solicitado, no sentido de que foi ele quem tomou a iniciativa de enviar sua única filha, então com quinze anos, para a cidade de Macapá para trabalhar e estudar, assim:

O meu pai falou com uma amiga e antiga vizinha, a D. Glória, que já morava aqui em Macapá com a sua família, para pedir que ela me aceitasse em sua casa para terminar meus estudos em Macapá. Em troca eu ia fazer os serviços domésticos da casa, mas ela não teria que pagar um salário, nenhum valor em dinheiro, mas somente me deixar morar em sua casa para eu continuar meus estudos. (Richeli, 17 anos)

Marteleteo e Silva (2004, p. 41) afirmam que “as transformações dependem das redes existentes entre indivíduos do grupo e atores localizados em outros espaços sociais, ou seja, de capital social da comunidade”. Isto é corroborado pelo discurso dos atores entrevistados – jovens e seus parentes – que afirmavam que na cidade grande, graças à *ajuda* de familiares ou amigos, seus filhos puderam estudar e ter um *futuro* diverso ao dos pais. Principalmente as jovens, estas admitiram não querer voltar para Afuá, achando-a “pequena demais”, sem oportunidades. Assim, a etnografia desse atores, através das redes sociais, pode explicar também essa *conquista* de ideais ou tão-somente a construção deles. Para Barnes:

[...] a rede é um campo social formado por relações entre pessoas. Essas relações são definidas por critérios subjacentes ao campo social- critérios de vizinhança e amizade que podem agrupar por sua vez as conexões do parentesco e as conexões econômicas (BARNES, 1969, p.129).

A dinâmica deste campo social, construído entre as cidades de Macapá e Afuá, dá-se através de regras do grupo sustentadas por pessoas que representam o cumprimento dos acordos e denotam confiança e credibilidade dos lados envolvidos (intermediários), este elemento intermediário é comumente muito próximo das duas famílias, isto quando não se trata de um grande grupo familiar. Vê-se assim que não se trata de mera contratação de crianças e jovens para executarem trabalhos domésticos, como ocorre no mercado em sentido liberal. Aqui, um estatuto simbólico, constituinte e fruto de relações sociais sustenta o processo e cria uma forma diferenciada de movimento de pessoas.

O caso de Fabiana é outro exemplo. Sua madrinha, Sra. Francisca, quando morava em Afuá, lecionando na escola primária da cidade, estreitou seus laços de amizade com a mãe de Fabiana, Sra. Marta, ao batizar sua filha, a própria Fabiana. Esta relação de comadres teria garantido a migração de Fabiana para Macapá. Pois

“não foi para morar na casa de qualquer um que eu vim, eu vim para ajudar a minha madrinha”. Bem, Fabiana veio para auxiliar propriamente não sua madrinha, mas a mãe da Sra. Francisca, que idosa, gravemente doente e inválida, necessitava de cuidados permanentes. Como a Sra. Francisca ainda lecionava, e para não ser tolhida de trabalhar pela atenção constante que deveria dedicar à mãe, solicitou à sua comadre em Afuá que lhe enviasse a afilhada Fabiana, então com catorze anos. Para Sabourim (1999, p. 42) “o apadrinhamento recíproco das crianças entre duas famílias sem laço de parentesco é uma forma de aliança extremamente forte que permite multiplicar as redes interpessoais além da esfera local.” No caso de Fabiana mesmo sua mãe não sendo madrinha de nenhum filho da Sra. Francisca, a rede se estruturou entre essas duas famílias das cidades de Afuá e Macapá. Mas, como veremos esta relação inicialmente era assimétrica, pois, na medida em que a Sra. Francisca se apresentava como única a ter status de madrinha, a mãe de Fabiana se encontrava com um saldo devedor em relação a ela, dentro desta lógica tendo que conceder também o apadrinhamento para um de seus filhos ou outro favor de igual importância quando solicitada. O favor requerido pela Sra. Francisca a Sra. Marta foi o envio da própria Fabiana para auxiliá-la nos cuidados de sua idosa mãe.

Muitas mulheres dessas famílias que recebem a criança ou jovem - força de trabalho doméstica não onerosa – são beneficiadas pela possibilidade de desempenhar funções extra-domésticas (ideal liberal que norteia a cultura do meio urbano), adentrando deste modo, no mercado de trabalho (a prima de Margarida, Tereza também é um exemplo). Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer um aspecto de economia informal do objeto. A criança ou jovem, objeto da troca entre as famílias das duas cidades, é cedida pela família de Afuá na expectativa de desenvolver seus estudos na cidade de Macapá, fazendo-o nos horários vagos do trabalho que desempenha no lar da família que o acolheu. Trabalho este que, em contrapartida, não se insere em uma relação contratual formal.

2.3 Entre Redes Sociais e Informalidade

Nesse ponto chegamos ao entrecruzamento das noções de rede social e informalidade. Mais precisamente à discussão de como as redes sociais propiciam a realização de atividades informais. A utilização do termo setor informal origina-se em estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para esta concepção, o setor informal teria uma produção em pequena escala, reduzido emprego de técnicas, e utilização de mão-de-obra familiar (DURÃES, 2002). Esta classificação ademais percebe a informalidade como um empecilho para o desenvolvimento das economias nacionais. Porém, como afirmam Lima e Soares (2002), independentemente da negatividade ou da positividade, o conceito de informalidade é impreciso devido às dificuldades em estabelecer suas origens. A variedade de seus processos faz com que sua análise tenha que restringir-se a situações particulares, envolvendo em sua caracterização um paciente trabalho de classificação. Para Cunha (2002), não se trata necessariamente de uma informalidade, mas de uma instrumentalização de processos informais ancorados em vínculos familiares, de amizade e de vizinhança, às obrigações morais e formas de reciprocidade.

A informalidade foi debate no artigo de Noronha sob o título “Informal, Ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil” (2003). O autor, ao discutir sobre o mercado de trabalho, mostra que não se pode através de um único conceito explicar uma gama de realidades de trabalho que ele chama de “atípicos”. Para ele, o estudo das visões econômicas e jurídicas atreladas ao de senso comum fornece uma melhor compreensão do fenômeno no Brasil. Deste modo, não existe uma informalidade, mas informalidades. E ainda, informal, ilegal e injusto, são conceitos passíveis de várias interpretações, as quais dependeriam de variáveis culturais (valores), econômicas, noções de justiça, direito, costumes e até de conveniência pessoal dos envolvidos. No entanto, Noronha afirma em sua pesquisa que essas interpretações podem ser influenciadas por noções jurídicas e econômicas, muitas vezes propagadas pela mídia. É necessário dizer que a informalidade não pode ser usada como um conceito “seco” e absoluto, isto é, ser visto como um “fenômeno uniforme, objetivo e mensurável” (NORONHA, 2003, p. 112), uma vez que se trata de uma categoria instituída pelo Estado e, por isso, não retrata as minúcias por trás das atividades econômicas que engloba. Pois, muito além deste conceito existem

práticas culturais por parte de atores sociais que podem ser negligentemente ignorados por este tipo de abordagem

O nosso estudo sobre o trabalho doméstico infanto-juvenil adota o viés de levar em consideração as noções que os envolvidos têm das atividades que desempenham, e que nos casos estudados não correspondem integralmente às definições jurídicas estabelecidas. Por exemplo, Daniele afirmou, contrariando as noções sócio-jurídicas que *“este trabalho (infanto-juvenil doméstico) é como outro qualquer, não é um crime”*. De tal modo, podemos dizer que as adolescentes envolvidas no trabalho doméstico se não consideram esse trabalho “justo”, ao menos o consideram como “aceitável”, e certamente não o vêem como um trabalho ilegal ou mesmo ilícito.

Quanto à diferenciação entre o termo “informal” e “ilícito” nós utilizamos as contribuições de Sousa (2008) para melhor compreender a separação conceitual necessária entre eles. Através dos seus estudos em algumas favelas cariocas e na região boliviana do Chapare ele apresenta discussões em que confronta os termos “informal” e “ilícito”. Em *“O problema das segmentações nas redes sociais informais e ilícitas: a heterogeneidade dos padrões de ações sociais justifica a separação conceitual dessas redes?”* Sousa (2008) esclarece que o trabalho informal e as atividades ilícitas possuem como característica em comum a não regulação pelo Estado. E mais, atribuiu ao ilícito a noção de “uso racionalizado da violência” como principal ferramenta para o andamento da atividade. Diz-nos Sousa:

[...] a violência ilegítima, do ponto de vista estatal, e a corrupção, sempre acompanham as atividades econômicas ilícitas. Temos aqui, então, um fenômeno que não pode ser limitado à conhecida definição de economia informal, descrita como uma atividade que escapa aos registros tributários e à fiscalização estatal. É certo que características como trabalho sem registro e ausência de controle estatal são compartilhadas entre a economia informal e a economia ilícita, mas esta última vai muito além da evasão fiscal. (SOUSA, 2008, p. 3)

Em seu estudo sobre o cultivo da coca na região boliviana do Chapare, Sousa (2006) afirma que cultivar coca e traficá-la são atividades movidas por razões completamente distintas e são, além disso, praticadas por atores sociais diferentes. Nesse caso, os cultivadores de coca eram iguados pelas forças policiais bolivianas

aos narcotraficantes, agrupados ambos como criminosas. Esta equivalência era facilitada também no plano discursivo, mesmo em trabalhos acadêmicos os termos ilícitos e informais eram atribuídos indistintamente às atividades econômicas. Esclarecida a distinção entre ilícito e informal, definimos o fenômeno do trabalho infanto-juvenil doméstico dentro dos limites da informalidade, utilizando para isso a acepção generalizada de atividade á margem das regulações do Estado. Mas, como veremos essa atividade, como tantas outras atividades informais, não se encontra dissociada do segmento formal da nossa sociedade (CUNHA, 2002).

Lomnitz (2003), através dos seus estudos nas favelas ou “barriadas” no México, também deu grande contribuição. A informalidade, para ela, se manifestaria mediante redes de intercâmbio. Estas redes de intercambio seriam apoiadas por meio de instituições tradicionais tais como parentesco, compadrio, vizinhança, amizade, e em princípios culturais de confiança e reciprocidade. O valor confiança entra nesse contexto quando atua decisivamente na relação de intercâmbios recíprocos, permitindo as trocas e servindo como o termômetro destas. E é caracterizada como um traço cultural (Lomnitz, 2004), cuja manifestação e sentido variam de cultura para cultura. Para a mesma autora, a confiança costuma ser mais intensamente vivenciada no círculo de pessoas com vínculos de parentesco, sendo que este princípio pode ser ampliado para relações entre vizinhos, compadres e amigos. Assim ela varia conforme a “distância social” entre os membros envolvidos. Isto significa dizer que quanto mais próximos forem os laços entre os indivíduos, maior confiança entre eles, assim mais intenso será a reciprocidade.

O que percebemos nos casos em análise é justamente uma confiança que permeia essas relações e dá-se através de uma proximidade social, freqüentemente fundamentada em vínculos de parentesco. Relações estas que fornecem uma possibilidade diante das necessidades que emergem em um contexto social dado de uma pequena cidade ribeirinha, cujos moradores ambicionam ultrapassar seu limites para um pretenso acesso a bens e serviços que, propagados pela mídia e pelo discurso moderno, podem ser alcançados em cidades maiores.³ Neste ponto nos

³ Segundo Pereira (2008) a modernidade chega nas cidades ribeirinhas da Amazônia através das estratégias do Estado de integrar a região, utilizando-se da televisão. A esse respeito, o mesmo autor discute a influência das telecomunicações na formação identitária da população dessas cidades, fortemente influenciadas pelo universo simbólico da rede urbana do sudeste do país. Outro autor que

referimos á realidade local de Afuá, vista por nossos informantes, como escassa em propiciar uma realização plena aos indivíduos, justamente por não dispor de um bom ensino em termos qualitativos e quantitativos, atrasando-os em relação ao ideal escolar exigido pelo mercado de trabalho formal, e limitando-os dessa forma a um estilo de vida caracterizado, pelo discurso generalizado e deles mesmos, como atrasado e já experimentados por seus pais. Assim sendo, por outro lado, Macapá se apresenta como local de iminentes conquistas e ideal para projeções de um futuro profissional e pessoal. Nesse caso surge a questão: como, então, essas famílias agem para alcançar esse ideal de vida?

Ora, através do desempenho de atividades informais, tais como o trabalho doméstico. Para estas jovens trabalhadoras informais as redes sociais apareceriam em sua funcionalidade nas possibilidades de sua integração ao meio urbano, possibilitando certa ascensão social (LIMA E CONSERVA 2006). Aqui percebemos a associação presente entre as atividades informais e formais. Já que a realização do trabalho doméstico por menores permitiria às patroas exercerem atividades econômicas formais. Como vimos muitas dessas mulheres são profissionais liberais ou servidoras públicas. E justamente para não interromperem suas carreiras recorrem à mão-de-obra informal através de suas redes pessoais.

Todavia, segundo Barnes (1969), independente de qualquer coisa a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade. Daí, que embora a rede social se apresente para nós como um interessante instrumento teórico para compreender o fenômeno do trabalho infanto-juvenil doméstico, não podemos partir dela, para entendermos a formação dessas relações. Se a rede social não se esgota enquanto categoria de análise deve, no entanto, ser complementada. Para tanto, enseja-se o paradigma da dádiva e, através do próximo capítulo, continuaremos a demonstrar que existe um espesso universo simbólico envolvendo o fenômeno do trabalho doméstico infanto-juvenil em nossa região.

podemos citar é Fraxe (2004), que discute a cultura caboclo-ribeirinho das comunidades do Careiro da Várzea, no Amazonas, e como os jovens dessas comunidades são seduzidos pela cidade de Manaus.

3 HISTÓRIA DE VIDA E A DÁDIVA ENQUANTO PARADIGMA EXPLICATIVO

3.1 A História de Vida de D. Maria

Entrevistamos D. Maria, mãe de Margarida e Cândida, e descobrimos que esta senhora, hoje com cinquenta e três anos, tem um passado semelhante à de suas filhas. Tal revelação nos auxiliou no entendimento da lógica do trabalho doméstico infanto-juvenil nos casos estudados. Nesse sentido, Fraxe ao discutir a organização social dos ribeirinhos da comunidade de São Francisco (AM) nos remete ao conceito de *habitus* o qual elucida a relação que fazemos entre o passado de D. Maria e a história de suas filhas:

É nesse sentido que, para Miceli (1992:41), “o habitus - um sistema de disposições do passado que sobrevive no atual, atualizando-se nas práticas - tende a perpetuar-se no futuro”. Sendo um princípio gerador de estratégias que permitem fazer frente a situações imprevisíveis e sempre renovadas, produz práticas que aparecem como determinadas pelo futuro, mas que estão determinadas pelas primeiras experiências, pelas condições passadas de sua produção. (FRAXE, 2004, p. 271)

D. Maria, mora com seu marido, Sr Eduardo, hoje com sessenta e três anos - na cidade de Afuá, para onde se mudaram na juventude ao “*se juntar*”⁴. De estatura baixa e aparência frágil, ela possui um tom sereno na voz e em suas atitudes, nada lembrando sua personalidade de um passado não tão distante em que, segundo sua filha Margarida, “*ela era muito braba! Tínhamos horário para tudo, para brincar, comer... A gente não podia ficar na rua sem pedir permissão e nem brigar um com o outro que logo recebíamos castigo ou umas boas palmadas*”. Atitude esta que D. Maria considera, entre um sorriso e outro, ter sido responsável pela boa criação de seus filhos e no fato de que “*todos estudaram e trabalham, não são vagabundos que nem esses que a gente vê aqui na cidade, um bando de bêbados e pequenas assa-*

⁴ Em vistas de aproximar a etnografia do discurso dos atores envolvidos, usaremos aqui alguns termos utilizados por eles. Entretanto, não deixaremos de apontar os significados dos termos segundo o próprio entendimento de quem os utiliza. Neste primeiro caso, a saber, “se juntar” significa morar com um companheiro com status de casados.

*nhadas*⁵. Tendo residido, na infância e parte de sua adolescência, em diversas localidades às margens dos rios que se espalham pelo município de Afuá, D. Maria justifica essa dinâmica em sua infância atribuindo à personalidade de sua mãe certa rigidez que a fez, desde cedo, encaminhá-la juntamente com seus irmãos para as responsabilidades que a vida no interior requer.

Minha mãezinha me mandava cuidar dos meus irmãos menores e lavar roupa na beira do rio. Os meninos maiores iam com ela tirar borracha e pescar.[...] A vida era assim no sítio. A gente pegava o casco pra ir pelo rio pescar depois de colocar o matapí. (D. Maria, 53 anos)

D. Maria afirma que essa postura não representa nada que tenha fugido dos hábitos da realidade local. As famílias da região, ela nos diz, compreendiam que *“criança que tem forças nas pernas e nas mãos pode muito bem ajudar a apanhar um açai, a colocar uma matapi na beira do rio, a ajudar a passar uma vassoura na casa e reparar os pequenos”*. Além de ser muito comum então *“mandarem as meninas crescidas para parentes de outras beiras do Afuá e Marajó”*. Ação que talvez fosse tomada, segundo o que colhemos aqui e ali em fragmentos do discurso de D. Maria, não somente para tirar a sobrecarga de responsabilidade pela criação de uma grande quantidade de filhos, mas, principalmente, para iniciarem com êxito os jovens nos meandros da complexa e adversa vida ribeirinha. Sendo assim, nada mais natural para sua realidade local, entre as décadas de sessenta e setenta, o destino que D. Maria teve quando completou doze anos, *“a mamãe me deu para a madrinha para ajudar ela nos afazeres da casa e fazer minha vida”*. Da casa de sua madrinha partiu rumo à casa de uma tia paterna, onde “parou”⁶ por cerca de um ano também ajudando nos *“serviços de casa”*.

O percurso de vida da jovem Maria foi, em seu entendimento, uma necessidade de aprender a ter responsabilidade, para se tornar mulher, casar e ter filhos. No entanto, consideramos que este “aprender” possa estar relacionado a uma concepção que, igualando a própria vida a escola, vê no enredo daquela, ensinamentos que instruem e formam o caráter do ribeirinho, ainda mais porque a escola não se fazia presente na realidade do município de Afuá, segundo D. Maria, na década de

⁵ Aqui o entendimento é vago, bastante abrangente. “Pequenas assanhadas”, ou “Meninas assanhadas”, pode ser entendido como jovens que gostam de sair e ir em festas ou mantêm vida sexual ativa com vários parceiros.

⁶ Parar: verbo comumente utilizado pelos afuaenses para designar permanência ou estadia temporária em um local.

60. Daí que, a ocasião em que a madrinha pede a jovem Maria para sua mãe, se apresentou como uma boa oportunidade para incluí-la na rica escola que é a vida.

Adentramos aqui então numa discussão sobre imaginário social. Este se constitui como “dispositivos simbólicos que asseguram a um grupo um esquema efetivo de interpretação de experiência individual, complexo e variável.” (BACZKO apud FRAXE, 2004, p. 313). Nessas mesmas linhas Fraxe afirma que:

É através dos processos de construção e reprodução deste imaginário social que uma coletividade vai designar sua identidade ao elaborar uma representação de si, marcando a distribuição de posições e de papéis sociais; exprimir e impor certas crenças comuns, mas também produzir uma representação totalizante da sociedade, como uma ordem onde cada elemento encontra seu lugar, sua identidade e razão de ser. (FRAXE, 2004, p. 313)

Ensinar e aprender parecem ser um contínuo nas relações familiares desses indivíduos de origem ribeirinha, onde as figuras dos pais e dos idosos se apresentam sempre, nos discursos, associadas com a idéia de sabedoria e força. Nessa lógica, os mais velhos freqüentemente terão um ensinamento a repassar para os jovens devido as suas experiências e as “porradas que tomaram na vida”⁷, com as quais, todavia, souberam lidar com “trabalho e insistência”. Nas palavras de D. Maria:

Já passei por muitas dificuldades. Já tive que criar meus filhos sozinha. A gente chegou a passar fome. Mas igual a minha mãe sempre teve forças para trabalhar, não sou de moleza, acordo e sempre acordei às seis da manhã. Lavava pra fora e até trabalhei como merendeira em uma escola daqui. E isso eu ensinei para os meus filhos. (D. Maria, 53 anos)

D. Maria não freqüentou a escola na infância e nem na juventude. Como já dissemos as escolas praticamente inexistiam no município de Afuá, em que, segundo D. Maria, até a década de noventa só existia uma escola, e esta ficava na cidade. D. Maria mal sabe escrever seu nome, no entanto, como já mora na cidade de Afuá desde o início de sua vida de casada, sempre exigiu dos seus filhos a freqüência escolar, punindo aqueles que faziam “corpo mole” para estudar. Para D. Maria *“a escola é importante, porque só através dos estudos é que a gente se torna*

⁷ “Porradas que tomaram da vida”: dificuldades.

alguém na vida hoje em dia. As coisas são difíceis agora, é preciso estudar pra conseguir um bom futuro”.

Para Manuel Garretón (1997), predomina atualmente na sociedade uma ideologia sobre educação- escola, em que o conhecimento é a nova fonte de riqueza das nações. Ou seja, para desenvolver efetivamente um país é imperativo que seu governo associe seu crescimento econômico ao investimento em educação. Nesse sentido, para uma plena realização dos indivíduos é necessário haver um maior investimento por parte do Estado em um tipo de educação que forme cidadãos através da divulgação de códigos culturais modernos que visam preparar para o mercado de trabalho. Fica assim definida uma visão instrumental para educação, em que se relaciona desenvolvimento econômico com investimento em educação e capital humano. Este discurso é maciçamente difundido pelo Estado aos demais segmentos da sociedade através da mídia, que impõe esta nova concepção de formação do indivíduo à população.

Ora, se como um sistema simbólico o imaginário social reflete práticas sociais em que interagem processos de compreensão, de construção e de crenças via ritualizações, isso é vivido de tal forma pelos agentes sociais que passa a representar sentido de verdadeiro para o grupo (FERREIRA e EIZIRIK, 1994). Nesse ponto então, igualamos a concepção de vida de D. Maria (familiar e local) à concepção moderna de que a escola é o âmbito por excelência do processo ensino-aprendizagem e formação integral dos indivíduos, e indicamos a importância que este ideal de escola, ao ser inserido no imaginário dessas famílias de Afuá, assumiu no processo de migração de jovens garotas para Macapá. Processo este, no entanto, passível de concretizar-se somente via relações de confiança com famílias de Macapá, como veremos mais adiante.

3.2 - Entendendo o Fenômeno do Trabalho Infante-Juvenil Doméstico através da Dádiva.

Do acima citado resulta que devemos considerar o caráter simbólico que envolve o pacto, mas também questionar quais os universos simbólicos de cada um

dos lados. Ou seja, não apenas o que a cidade representa para o interiorano, mas também o que o interior significa para o cidadão. Em outras palavras, as famílias na cidade geralmente necessitam da criança ou do adolescente para a execução do trabalho doméstico, seja para “cuidar” da casa ou para exercerem a função de babá; e a isto é imprescindível ter “alguém de confiança”. Ora, aqui ainda passa um imaginário de que o interiorano é menos corrompido do que o cidadão. Mas especificamos, no entanto, que não se trata somente de uma representação geral que um grupo possui do outro, haja vista os contatos que as famílias possuem antes do pacto, como é comum acontecer: o pacto se dá entre parentes, compadres ou entre amigos. Além disso, através destes laços pessoais, pode-se obter como privilégio uma mão-de-obra doméstica relativamente menos onerosa ao orçamento familiar.

Além das dimensões da necessidade e da confiança de um grupo ao outro, há também uma dimensão da obrigatoriedade. Segundo Godbout (1998, p.5), a dívida é “tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado nem ao Estado, nem à violência física”. E ainda, é o que circula em nome do laço social. Martins (2008), assim como Mauss, refere-se ao sistema do Dom (sinônimo de dívida) como “um conjunto de prestações e contraprestações que expandem ou se retraem mediante uma tríplice obrigação – doação, recepção e retribuição de bens materiais e simbólicos”. Lanna (2000) afirma que o ensaio de Mauss sobre a dívida tem como tese central a vida social, esta se constitui por um constante *dar-e-receber*. O universal da dívida é, como destaca Godbout (1998), realizar e manter o laço social, ou como afirma Caillé (1998), para além do interesse liberal, há o aspecto da obrigação e da espontaneidade no ato de dar e retribuir. Para Mauss (1925/2003), não é o sujeito que dá, e sim a coletividade.

Tendo como objetivo ver de que maneira a dívida, assim caracterizada como modo de circulação dos bens ao serviço do laço social, constitui um elemento essencial da sociedade, Marcel Mauss, em seu *Ensaio sobre a Dívida* (1925), obra fundadora do tema, afirmou a centralidade da dívida nas sociedades arcaicas. No entanto, teve dificuldade em reconhecer que a sua existência nas sociedades modernas fosse além do estatuto de manifestação residual do passado. Fato que não relegou a teoria da dívida ao esquecimento, tendo em vista que hodiernamente procura-se fazer nas ciências sociais uma revisão dessas idéias.

Uma destas revisões quem realizou foi Claude Lévi-Strauss (2003). Lévi-Strauss (2003) identifica um erro na tentativa de Mauss de relacionar o *hau* (categoria nativa) à energia vital das trocas. Ao fazer isso, Mauss estaria mistificando a realidade ao dar relevância aos discursos dos nativos, nível consciente, para explicar manifestações culturais, nível inconsciente, em detrimento das análises de instituições. No entanto, para Lévi-Strauss, o *Ensaio sobre a Dádiva*, ao afirmar que as trocas se apresentam como fundamento das sociedades tradicionais continua sendo uma obra fundamental para a compreensão das relações sociais e seus códigos. Nesse sentido, a dádiva, para os revisionistas, se apresenta como novo paradigma para alcançar um entendimento profícuo das diversidades presentes na sociedade moderna. Assim, como pensa Caillé (1998), a dádiva apresenta várias portas de entrada e podemos vinculá-las em pelo menos quatro dimensões da ação humana: o prazer, o interesse, a obrigatoriedade e a espontaneidade.

De acordo com D. Maria, Margarida, então com doze anos, só foi para Macapá por se tratar de uma solicitação de sua cunhada Ester; pessoa de grande prestígio entre os familiares, religiosa e de total confiança; afinal, sua filha sairia sem data de retorno. “Faço isso porque é para ti” – sentença de credibilidade emitida por D. Maria a D. Ester, que denota espontaneidade, mas que, para nós, não deixa de conter em suas origens certo tom de obrigatoriedade, já que Mauss (1925/2003, p.201), ao analisar a dádiva entre os povos da Polinésia, afirma que “recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão. A seguir dá-se porque é forçado a isso, porque o donatário tem uma espécie de direito sobre tudo o que pertence ao doador”.

D. Maria deu sua filha à sua cunhada porque “ela em pessoa foi pedir” por estar em necessidades de uma boa pessoa para cuidar do neto que vinha. E já que Ester possuía um grande respaldo na família, por estar sempre disposta a ajudá-los em situações delicadas. Como nas ocasiões em que D. Maria e seus filhos, por muitas vezes, necessitaram tratar-se em Macapá. Mas como não possuíam residência nesta cidade ou recursos para o pagamento de uma hospedagem, sempre eram convidados por D. Ester para em sua casa permanecerem até o fim do tratamento. Nesse ponto podemos constatar dois aspectos da dádiva apontados por Caillé (1998), já citados por nós: *o interesse e a obrigatoriedade*. O interesse se encontra justamente no fato de que a família residente em Afuá pretende enviar uma

de suas filhas para Macapá e acessar alguns de seus recursos inexistentes na outra cidade, dessa forma, o convite de D. Ester se apresenta como uma excelente oportunidade para a família de D. Maria alcançar seus objetivos. Por outro lado, D. Maria não tinha D. Ester como único parente residente em Macapá, podendo recorrer a outros, caso desejasse; no entanto, aceita seu convite, uma vez que se apresenta como pessoa portadora de méritos inegáveis e credibilidade reconhecida por todos, tornando-se o seu pedido garantido pelo “direito” de receber favores de uma família a quem sempre ajudava. Nesse sentido, fala Mauss:

Elas [as prestações entre grupos da civilização escandinava] assumiram quase sempre a forma do regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, e quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico. (MAUSS, 1925/2003, p. 188)

Margarida partiu rumo à Macapá, em 1990, sem perceber direito o que acontecia, conforme ela mesma nos disse, deixando cinco irmãos, sendo dois deles menores de cinco anos:

Eles ficaram no cancelo me olhando. No início não aceitaram nada, não queriam que eu fosse. Foi preciso que a tia comprasse algumas bolas de plástico para que os dois me deixassem ir. Mesmo assim ficaram no cancelo, chorando enquanto seguravam os presentes. (Margarida, 31 anos)

A aliança entre seus pais e sua tia serviu para realizar e *manter o laço social* (GODBOUT, 1998, SABOURIM, 2008). Margarida cuidou de uma criança, servindo de babá, e concluiu os estudos. Nunca recebeu um salário específico, nem foi formalmente adotada, entretanto, teve acesso ao mesmo alimento que todos comiam na casa, sem distinção, e recebia roupas, calçados e as demais despesas pagas para a manutenção de sua saúde e educação. “Na época do Natal eu podia também comprar presentes para os meus irmãos menores, coisa que eles sempre esperavam. E nos dias das mães, Tereza comprava presentes para eu dar a mamãe”.

Macapá representava um lugar de maiores oportunidades para as filhas, nos disse D. Maria. “Na cidade é possível estudar até cursar a universidade, igual os filhos da Ester fizeram, coisa mais difícil em Afuá, porque agora é que as escolas têm o segundo grau.” Cerca de cinco anos depois da saída de Margarida, em 1995,

Cândida, então com quinze anos, foi “pedida” por seu tio paterno, Sr Luis. O propósito era o mesmo: cuidar de crianças. Dessa vez, os netos do Sr. Luis, filhos de sua filha Berna. Embora dessa vez a relutância de D. Maria tenha sido maior, pois “Luis não possuía a mesma confiança que Ester”, ainda assim houve o acordo entre as duas famílias. O que pode ter levado a uma resposta positiva da família de D. Maria é o fato de que o Sr Luis era o irmão mais velho de seu marido, Sr. Eduardo, muito querido por este e gozando de autoridade na família, fator este que consideramos ter fornecido ao pedido um maior tom de obrigatoriedade (MAUSS, 1926). D. Maria nos disse ter apenas pedido, diante da insistência de seu cunhado, que Cândida “estudasse, comesse e se vestisse bem”. Entretanto, em 1996, um ano depois, Margarida descobriu que Cândida estava com a escolaridade comprometida, pois havia repetido um ano e estava, naquele momento, fora da escola. Ao saber, D. Maria exigiu o imediato retorno de Cândida para Afuá, discutindo por telefone, como ela nos relatou, com Berna, filha do Sr Luis. A filha fora da escola foi para D. Maria uma quebra da confiança e um feito quase que irremediável. Apesar de Berna alegar que nunca impediu os estudos da babá-prima e que foi por sua vontade que parou, D. Maria argumentou que naquele momento a sobrinha agia como maior responsável de sua filha e deveria, no mínimo, ter-lhe informado a situação. Cândida nos confirmou diante das irmãs e mãe, em tom sério e indicando reprovação, que sua prima Berna convenceu-a a parar os estudos simplesmente porque queria que a moça tivesse maior disponibilidade para acompanhá-la aos clubes noturnos, justamente no horário que a jovem Cândida dedicava à escola, já que os demais turnos eram voltados para o desempenho de seu serviço de babá. Mas, em entrevista dada na ausência de seus parentes, nos confidenciou que

Aquela época foi muito divertida, a gente ia pra um “montão” de festas, e eu nem gostava de estudar mesmo [...] e eu só voltei pra Afuá porque me obrigaram. Lá é sem graça! Eu sou uma pessoa comunicativa e lá não encontro ninguém como eu. (Cândida, 30 anos)

Malinowski, em *Crime e Costume na Sociedade Selvagem* (1926/2008), afirmando a existência de um status legal na estrutura da sociedade das ilhas Trobriands, contrariou desta forma, através deste estudo de caso, as idéias preponderantes na época segundo as quais as sociedades vistas como selvagens não teriam em sua configuração nenhuma forma de organização legal de cunho civil.

Dialogando com o *Ensaio sobre a Dádiva*, de Mauss (1925), Malinowsk identifica a ação das forças da lei civil nas relações tradicionais que se apresentam como obrigações advindas dos vínculos de parentesco e afinidade. Nessas sociedades, uma série de serviços mútuos em um dado período conforma esse mecanismo de regulador da vida social primitiva. O sistema jurídico apresenta-se então em formas rituais nos quais os interesses, ambições, desejos e vaidades encontram seu curso de manifestação. Todavia, esclarece o autor sobre os mecanismos de controle e punição embutido nas normas sociais: “O homem que persistentemente desobedece às regras da lei em seus tratos econômicos, logo se encontra fora da ordem econômica e social – e ele tem consciência disso.” (MALINOWSK, 1926/ 2008, p.38)

Diante do exposto, e levando em consideração que as relações dos nossos casos obedecem basicamente a valores tradicionais, podemos concluir como a falta cometida por Berna, filha do Sr Luis, de estimular e permitir a saída de Cândida da escola se apresenta com alta gravidade, não somente aos olhos de D. Maria e sua família, mas também à uma perspectiva moral presente em algumas relações presentes em nossa sociedade. Ou seja, Berna burlou as regras de uma dinâmica social que, orientada pela dádiva, é constituída pela “tríplice obrigação – doação, recepção e retribuição de bens materiais e simbólicos” (MARTINS, 2008), e por isso requer compromisso e susceptibilidades nos tratos sociais. Berna acabou perdendo, desta forma, a mão-de-obra da prima, que além de ser confiável lhe saia relativamente mais barata, além de não ser mais “bem vista” pelos membros da família de D. Maria, que, até hoje, consideram Berna irresponsável e pessoa sem credibilidade.

Os casos de Daniele e Richeli podem esclarecer também essa lógica imperativa e constante de dar-e-receber tão forte em nossas relações (LANNA, 2000). Daniele trabalha para sua irmã como babá e não recebe um salário mínimo, mas uma determinada quantia em dinheiro que é complementada por presentes, roupas e outros artigos solicitados por ela a irmã. O dinheiro ela o envia para a mãe com certa regularidade, nos diz, pois pouco necessita dele, já que suas despesas básicas são assumidas pelo cunhado. Além de também enviar para seus irmãos menores presentes em datas comemorativas e sempre visitá-los em Afuá quando possível. Indagada sobre possíveis conflitos entre ela e sua irmã, Daniele responde que:

De vez em quando a Mariana cobra mais do que os cuidados com o Pedrinho e pede para que eu viva fazendo faxina na casa o tempo todo, mas sempre eu trato de dizer que eu não tô ali só pra trabalhar, mas também pra estudar, se não eu volto para Afuá e ela fica sem ninguém com quem possa contar. (Daniele, 16 anos)

Sobre essas cobranças extras de sua irmã e a possível atitude que Daniele poderia tomar ao se sentir prejudicada, compartilhamos com o argumento de Caillé:

É importante reconhecer que essas redes, tradicionais ou modernas, são alianças generalizadas criadas na aposta na dádiva e na confiança. Isto significa dizer que a obrigação social que une os membros de uma rede não tem apenas caráter moral, mas igualmente político, dado pelo interesse dos membros na aliança [...]. Pois o que se dá a alguém não é apenas a coisa em si, mas, também, a intenção da doação. (CAILLÉ, 1998 p.15)

Richeli sempre dizia que “meu pai gosta muito de D. Glória, e sempre pede para eu respeitar ela como uma mãe. Eu gosto de morar com ela, apesar de às vezes ela ficar com mau-humor ela me trata bem, permite que eu estude na parte da tarde e não vê mal nenhum que eu tenha um namorado”. Richeli recebe regularmente, mas não mensalmente, uma determinada quantia em dinheiro de D. Glória, o que não equivale nem de longe a um salário, nos disse, mas que considera suficiente diante dos favores de morar em sua casa, poder se alimentar e ir para a escola, sem ter com isso outras preocupações além de “cuidar bem da casa de D.Glória”, o que se configura certamente como uma retribuição da parte de Richeli para D.Glória. Confirmando a idéia sobre dádiva de que dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso (LANNA, 2000).

Diante dos casos expostos e da constatação da presença da dádiva nestas relações confirma-se que a dádiva não se manifesta como a troca de bens a qual estamos adaptados na modernidade, em que a ação humana consubstancia-se e chega mesmo a fundir-se com os paradigmas liberais. Na verdade, há na dádiva um caráter de inalienabilidade, cuja lógica orienta as trocas de bens, fazendo com que o cessionário da propriedade continue com direitos sobre ela :

A dívida assumida por um dom não é anulada, cancelada por um contradom idêntico. Se o contradom não elimina a dívida é porque a “coisa” dada não foi realmente separada, afastada completamente daquele que a deu. A coisa foi *dada sem ser realmente “alienada”* por aquele que a deu. (GODELIER, 2001, p.68)

Nesse mesmo viés, Leach (1970) afirma que dentro desse tipo de relação são “pessoas” e não “indivíduos” que trocam. Pois para ele “um indivíduo é um ser biológico que nasce se desenvolve até a maturidade, envelhece e morre” (1970, p. 143), já a pessoa é o conjunto de cargos e papéis que se ligam ao indivíduo em qualquer época específica de suas vidas. Deste modo, são os pais em função de seus múltiplos papéis exercidos dentro do grupo familiar, que quando personalizados, dão impulsos a essa relação imbuída de direitos e deveres. Ainda segundo a sugestão de Leach (1970) todas as relações sociais implicam em um estado de endividamento assim como todos os estados de endividamento criam uma relação social. Então percebemos que D. Maria tem para com D. Ester, assim como a mãe de Daniele tem para com a sua filha Mariana, e a jovem Richeli tem com relação a D. Glória, este sentimento de dívida por todas as ajudas a elas prestadas. As partes envolvidas numa relação de dádiva estão continuamente agindo mediante essa sensação de endividamento, ou seja, a dádiva se resume segundo este autor, em “pagamento de dívidas”.

Deste modo podemos diferenciar uma relação mercantil de uma relação de dádiva. Na primeira, a relação entre as partes envolvidas finda no ato da troca, a relação sustenta uma necessidade puramente econômica. Quanto ao objeto deste tipo de troca, ele tem um valor monetário que é adquirido mediante o “dinheiro”, isto é, “instrumento geral de troca e unidade de conta” (Leach, 1970, p.154), portanto, ele é um bem alienável. Numa relação de dádiva, por sua vez, a relação possui uma continuidade, a troca inicial cria laços permanentes. Esta relação preenche uma necessidade extra – econômica, não mercantil, ou seja, social. O objeto neste caso é de natureza inalienável, ele tem um valor que, no entanto, não é um valor econômico mercadológico, mas um valor de dádiva. Expressamos estas relações nos seguintes esquemas abaixo:



Figura 2 – Esquema da Troca Mercantil
Fonte: Produzido pelas autoras

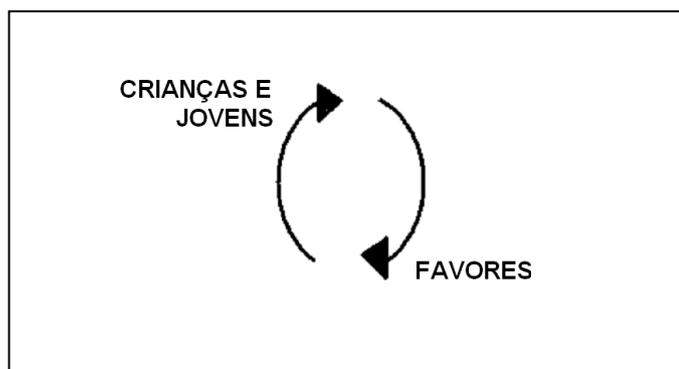


Figura 3: Esquema da Troca de Dádiva nos Casos
Fonte: Produzido pelas autoras.

Esses esquemas ilustram nosso estudo e dão luz ao que expomos até o momento. Estes são aspectos do trabalho infanto-juvenil doméstico apontados para esclarecer os motivos que levam uma família a entregar sua filha a uma determinada família. Pois, se de um lado esta família doadora realmente requer meios para atingir a área urbana e assim elevar o nível de escolaridade de seus filhos, por outro há uma família que precisa dispor de mão-de-obra doméstica de confiança, e que não exija formalização de contrato de trabalho, o que certamente levaria a gastos maiores. As trocas recíprocas entre as famílias se apresentam como mecanismo eficiente para suprir necessidades. Nesse ponto podemos fazer então uma discussão importante sobre também um duplo aspecto, nesse caso referentes às próprias jovens. Estas se apresentariam inicialmente, ao sair de sua cidade, Afuá, para residir em Macapá, como migrantes, ou seja, indivíduos ou grupos que orientados por interesses próprios se deslocam de um ponto a outro para elevar seu padrão de vida, mas por outro lado podem se apresentar também como a própria dádiva, status este adquirido, que fique esclarecido, não na simples doação destas jovens a uma família para lhes prestar serviços domésticos, mas na doação que se

insere em um dado vínculo pré-existente fundado em uma reciprocidade contínua e fortalecedora desses laços. Mauss (1925/2003, p. 203), ao analisar sociedades tradicionais, conclui que “tudo, alimentos, *mulheres*, *filhos*, bens, talismãs, solo, trabalho, serviços [...] é matéria de transmissão e prestação de contas. Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens...”. Do mesmo modo afirma Godelier ao fazer uma releitura da dádiva nas sociedades contemporâneas:

É evidente que as “coisas” dadas não são necessariamente coisas, objetos materiais com significação cultural. A “coisa” pode muito bem ser uma dança, uma mágica, *um ser humano* [...] em suma o domínio do “doável” ultrapassa largamente o material e diremos que é constituído por tudo aquilo cuja partilha é possível, faz sentido, e pode criar no outro, obrigações, dívidas. (GODELIER, 2001, p. 156, grifo nosso)

Essas famílias, ainda que influenciadas por idéias da sociedade contemporânea, em suas relações fazem uso de práticas tradicionais. Como vimos no próprio caso de D. Maria, o ato de entregar uma filha para servir como doméstica se configura como uma prática tradicional da região e não podemos conceber este processo como mera venda e compra de pessoas, como pode vir um dia a taxar a legislação nacional. Uma vez que percebemos, de acordo com a nossa pesquisa, que tanto as crianças quanto as jovens, dentro dessas relações de dádiva, possuem um caráter inalienável, isto é, não contêm valor monetário. No entanto, convém questionarmos até que ponto se tem respeitado os direitos garantidos por lei a essas crianças e adolescentes envolvidas com trabalho doméstico. Para isso levaremos em consideração o aspecto ideológico e de sacrifício presentes em algumas relações de reciprocidade.

3.3 Relações de Reciprocidade: ideologia e sacrifício

Em “Reciprocidad e Intercambio em los Andes Peruanos” (1974), obra compilada por Giorgio Alberti e Enrique Mayer, afirma-se que a reciprocidade é um dos elementos fundamentais da vida dos campesinos peruanos. A reciprocidade não só atua intensamente entre as populações camponesas do Peru de hoje como

sempre agiu, resistindo às investidas dos conquistadores espanhóis contra a cultura local. Com existência anterior ao estabelecimento do império inca, as relações de intercâmbio recíproco, para esses autores, teriam sido estrategicamente utilizadas para o fortalecimento do império. A sociedade andina, dividida em duas partes fundamentais, tinha de um lado comunidades rurais (*ayllu*) orientadas pelo princípio da reciprocidade, cujos membros mantinham laços de parentesco entre si. E, por outro lado, o Estado Inca, com sua administração e militares, garantindo as prestações de seus súditos dos *ayllu* através dos princípios da reciprocidade e da redistribuição (WATCHTEL, 1974).

Atualmente, nas sociedades andinas, perduram relações de reciprocidade cujos traços guardam algumas características do período inca. Basicamente divididas em seis formas, estas relações de intercâmbio admitem um tipo de reciprocidade assimétrica conhecida como *minka*. Resguardado o fato de que a *minka* também pode ocorrer entre amigos de confiança e de igual status social, sua modalidade assimétrica estrutura-se na relação entre patrão e cliente, ou seja, entre indivíduos de status distintos dentro de uma mesma comunidade. Nessa lógica, *A* presta serviços para *B*, e *B* devolve o favor em forma de bens e direitos. A desigualdade pode ocorrer exatamente no ponto em que *B* retribui os favores, pois estes, possuindo valor variável, em muitos casos podem não ser equivalentes ao serviço prestado. Este aspecto desigual é comumente velado por estratégias de redistribuição envolvendo celebrações na comunidade, o que contribui para a perpetuação do *minka* em sua modalidade assimétrica.

O aspecto ideológico verificado nestas relações sociais nos levou a questionar sua presença nos casos de nossa pesquisa. Em um primeiro nível, o do discurso, tem-se como imperativo nas relações entre as adolescentes e seus padrões a harmonia. Esta, ainda que ceda espaço para um tênue conflito em algumas ocasiões, se apresentaria como preponderante na vida destas moças enquanto empregadas domésticas ou babás. Os discursos sempre guardam, ainda que breve, um momento para uma referência aos padrões como pessoas boas e generosas. Aos padrões geralmente se atribui crédito por terem possibilitado a permanência das jovens na cidade de Macapá, na escola e, como consequência, a participação em um novo estilo de vida.

É claro que o discurso seria diferente caso essas jovens de nossa pesquisa tivessem sido submetidas explicitamente à exploração intensa e abusos físicos e psicológicos, como acontece em muitos casos de menores que desempenham o trabalho doméstico pelo Brasil afora. No entanto, há um caso em nossa pesquisa, o de Rosa, que pode indicar mais diretamente a desigualdade das trocas em uma relação de trabalho infanto-juvenil doméstico. Como afirmamos, não conseguimos apreender a negociação fundadora da atual condição de doméstica de Rosa, mas guardamos o seu caso estrategicamente para também invalidar parcialmente o suposto caráter harmonioso destas relações presentes nos discursos.

Rosa afirmou não estar estudando. A partir do momento em que uma adolescente abandona os estudos enquanto trabalhadora doméstica pode-se afirmar que esta relação está ocorrendo de forma desigual. Ou seja, a jovem presta serviços, mas, em contrapartida não recebe de forma integral os bens e direitos que lhe são garantidos, seja enquanto indivíduo de menor idade dentro do contexto da sociedade nacional, ou enquanto pessoa dentro de uma lógica de relação de dádiva. O perigo está no fato em que ela mesma e sua família não percebiam os ganhos de seus patrões em seu detrimento, sendo essa realidade convenientemente mascarada através de um discurso de reciprocidade. E quem sabe isso não ocorra por sua família não estar presente nesta relação como a família de Cândida esteve na dela. Lembremos: Cândida, ainda que por vontade própria, segundo nos disse, evadiu da escola, mas não por muito tempo, já que sua família obrigou-a a sair da casa de sua prima em Macapá para voltar a morar em Afuá, onde não estudaria em uma escola de qualidade, mas certamente não ficaria sem estudar.

Se uma maior intervenção da família poderia evitar esse tipo de abuso ou negligência cometido contra Rosa em relação aos seus estudos, no entanto, mesmo com a presença da família na vida de uma adolescente doméstica, podemos perceber desigualdade nesta relação de reciprocidade. O caso de Margarida é um exemplo. Quando queria passar as férias em Afuá, não o fazia enquanto sua irmã Cândida (na época morando em Afuá novamente) viesse para Macapá assumir às vezes de babá. E isso era tão seriamente exigido que, como nos disse, “eu só saia da casa quando Cândida entrasse pela porta para ficar com as crianças”. O curioso é que tanto Margarida quanto Cândida se referem a esse fato sem demonstrar contrariedade alguma, concordando com essa exigência, como se sua tia Ester

tivesse o direito de usufruir ininterruptamente de mão de obra doméstica da família de D. Maria. Tanto para Margarida como para toda a sua família, se não fosse por Ester, Margarida não teria migrado para Macapá com a segurança e a garantia de concluir seus estudos nesta cidade, e desta forma não teria atingido êxito pessoal e social. Podemos perceber nesta relação uma atitude de eterna gratidão da família de D. Maria para a de D. Ester.

Esta postura estimulou um desnivelamento das relações entre estas duas famílias em que os membros de um dos lados, no caso as jovens domésticas da família de D. Maria, podem ter perdido o usufruto pleno de fases importantes da vida. Se ao longo do ano Margarida se dedicava exclusivamente à família de D. Ester nos cuidados de seus netos, e era privada do convívio com os demais membros de sua família, durante suas férias era afastada do convívio de sua irmã Cândida, que ocupava seu lugar para Margarida viajar para Afuá. Pode-se dizer desta forma que as duas adolescentes tinham suas liberdades restringidas para que a família de sua tia, D. Ester, pudesse se beneficiar ainda mais desta relação através dos seus serviços de babá. Observamos neste fato uma manifestação de sacrifício de uma das partes, a família de D. Maria. Em Cadenas (2005) vemos a discussão na antropologia sobre o conceito de sacrifício⁸.

Há uma relação entre teoria de sacrifício e de reciprocidade comumente utilizada na análise de contextos culturais no Brasil. Nesse sentido, Lanna (2009), ao discutir as relações de compadrio no Brasil, se baseia na perspectiva de Lévi-Strauss sobre reciprocidade. Nesta visão compreende-se que em algumas relações de troca aparente e ideologicamente simétricas há um fundamento assimétrico das relações sociais. Essa proposta estruturalista convenientemente se ajusta ao objetivo de Lanna: provar que as relações pessoais e tradicionais da sociedade brasileira não são meros instrumentos utilizados, de acordo com a lógica capitalista,

⁸A temática do sacrifício primitivo inicialmente visto como algo estranho e obscuro pelos estudiosos virou alvo de debate e estudo na antropologia entre o final do século XVIII e princípio do século XIX. Esse debate envolveu duas correntes: os intelectualistas (Frazer, Taylor) e os funcionalistas (Smith, Durkheim, Mauss). Para Mauss (1899, apud CADENAS, 2006) o sacrifício é um ato de comunicação entre o profano e o sagrado através da imolação de uma vítima. Esta relação entre os dois mundos é chamada de consagração. Assim, o sacrifício é um ato religioso cujo sacrificante modifica seu estado por meio da consagração e destruição da vítima. Segundo Mauss, a relação entre contratos e trocas entre homens e entre estes e deuses esclarece parte da teoria do sacrifício. A finalidade sacrificial é o mesmo presente no Kula e no Potlatch americano: estabelecer a paz entre uns e outros.

para o estabelecimento e perpetuação de desigualdade, como propõe muitos autores. Mas que na própria base em que emergem estas relações sociais, tal como o compadrio, já se encontram os germens da desigualdade. “A relação de patrão-cliente não é infra-estrutural ou pré-existente ao compadrio; os laços econômicos não necessariamente tomam precedência lógica sobre o compadrio” (LANNA, 2009, p.9). A desigualdade se encontraria na relação de compadrio através da lógica do batismo, em que se percebe a própria dívida.

Desta forma, no sacramento católico tem-se a troca da criança, fruto do pecado, pela graça, essa concedida pelo padrinho. O padrinho, por ter possibilitado a cristianização da criança, assume um status superior à criança e sua família. E estes ficariam como eternos devedores à sua pessoa. Em muitos casos averiguados, a família vê-se no dever de enviar seu filho para morar e trabalhar na casa do padrinho. Nesse ponto, Lanna iguala a figura do padrinho com a do patrão, já que alguns patrões também veriam seus empregados com dívida em relação a eles como no compadrio, em que a circulação material acaba por ter conteúdo mínimo. A dívida do empregado para o patrão, assim como do afilhado para o padrinho, se apresentaria como dívidas de vida, de existência social e ontológica. Lanna (2009) conclui que a reciprocidade sempre envolverá uma dimensão de sacrifício, e que as relações de parentesco podem, devido a sua dinâmica de circulação de pessoas, terem em sua estrutura esse matiz de desigualdade.

Fabiana, como já mencionado, migrou para Macapá para auxiliar sua madrinha. Neste caso como não há entre as famílias o apadrinhamento recíproco que permite multiplicar o relacionamento interpessoal para além da esfera local (SABOURIM, 1999), mas sim um compadrio unilateral, tem-se um aspecto sacrificial do compadrio (LANNA, 2009), pois a família de Fabiana se encontraria endividada com D. Francisca por esta ter concedido a graça do batismo. Em contrapartida, a retribuição por esse favor superior ocorreu com o envio de Fabiana para assumir, aos catorze anos, os cuidados de uma senhora de idade e inválida. O que certamente pode não se apresentar como prejudicial à primeira vista, já que essa experiência, devido ao tom humanitário que possui, é enriquecedora para a conformação do caráter de uma adolescente.

No entanto, devemos considerar até que ponto nestas relações um lado sai sempre ganhando em detrimento do outro. Já que estas adolescentes realizam trabalho doméstico em um meio que requer melhor formação escolar, a responsabilidade assumida por Fabiana no lugar de sua madrinha, além de ter propiciado maior disponibilidade para D. Francisca assumir atividades profissionais, não teria também prejudicado esta jovem em seu desempenho escolar? E mais, um dos motivos que levam essas famílias interioranas a doarem suas filhas para trabalhar como domésticas em casa de terceiros não é justamente a possibilidade de acessarem um ensino de melhor qualidade para uma preparação para a vida. Assim, as adolescentes e seus familiares estão inseridos em uma atmosfera cultural e por fazerem parte do fenômeno desconhecem o verdadeiro sentido do trabalho doméstico, de suas possíveis relações de hierarquia, e as explorações a que podem ser submetidos, uma vez que não podem ser percebidas por seus envolvidos, sendo algo sutilmente mascarado pela ideologia da reciprocidade.

A discussão neste capítulo serviu para demonstrarmos como aspectos culturais se encontram fortemente relacionados com as causas do fenômeno do trabalho infanto-juvenil doméstico. Assim a lógica da dádiva presente no imaginário social e nas relações dos indivíduos contribui para a melhor conformação de estratégias no atendimento de interesses e necessidades dos grupos familiares. Ademais procuramos indicar o possível aspecto desigual dessas relações de reciprocidade que comumente não são percebidos por aqueles que se percebem com status inferior em relação ao outro.

CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos, através de seis casos, compreender os aspectos culturais do fenômeno do trabalho infanto-juvenil doméstico. Honra, prestígio, interesse e obrigatoriedade se apresentaram aqui como os componentes integrantes destas relações, interagindo com perspectivas de cunho utilitarista, mas geralmente preponderando sobre elas. Portanto, se o ato de “dar” as meninas às famílias em Macapá, da parte de D. Maria, de D. Constância, D. Marta e do Sr Benedito, possuía a expectativa de algum retorno (SABOURIM, 2008), no caso as possibilidades que as filhas teriam na cidade grande (estudo, moradia, alimentação, acesso a bens e serviços urbanos); para além de satisfação da parte das famílias de Afuá, também encontramos a obrigação no ato de atender as famílias de Macapá. Aqui encontramos a “pessoa moral” de que fala Mauss, que diferencia essas dádivas de presentes, bens e símbolos da troca utilitarista. Para o autor, não são os indivíduos e sim os grupos que mantêm obrigações e prestações recíprocas mediante as famílias ou comunidades (MAUSS, 2003 1926)

A migração destas jovens para a cidade de Macapá, espaço urbano, se apresenta no imaginário das famílias de Afuá como um mecanismo de alcance dos ideais de educação e padrão de vida apregoada pela sociedade globalizada. Em contrapartida, as famílias de Macapá visualizam na vinda destas jovens uma excelente oportunidade de possuir mão-de-obra doméstica relativamente barata e confiável, mantendo ou elevando seu padrão de vida, uma vez que se tornaria difícil a suas mulheres se profissionalizarem aumentando a renda familiar.

A relação travada entre as famílias, à medida que pauta-se em uma aliança de confiança, onde a forma do dinheiro, mesmo quando media a relação, não aparece como o elo maior, nos levou a necessidade de entender o processo como sendo de tipo não mercantil (LEACH, 1970; GODELIER, 2001). Ademais, através da história de vida de D. Maria e dos casos, podemos confirmar as proposições que defendem uma relativização dos conceitos de criança e jovem (ARIÉS, 1973; COHN, 2000; MEAD, 1945). Nesse sentido, ser criança e adolescente, nem sempre atenderá a um padrão estabelecido por diretrizes globais, podendo estas fases se manifestar de acordo com lógicas culturais e locais.

E ainda, destas questões sobressaiu a importância das redes que geralmente se formam estruturadas em relações familiares e de amizade. As relações de parentesco e de amizade mostraram-se estruturantes das satisfações das necessidades fundamentais, como os cuidados com as crianças e com os lares. No entanto, essas redes se constroem não ao acaso, mas com base em uma lógica de trocas, ou seja, as ações desses sujeitos sempre visam identificar os membros da rede, para um apoio eficaz, com os quais existem fortes probabilidades de recompensa de dádivas. E longe também de um ritual de doação impellido absolutamente pela comunidade, essas famílias também possuíam a opção de recusar os pedidos. Pois estas pessoas também são manipuladores, operam suas relações com interesses próprios, do mesmo modo que um ser moral. Ou seja, elas estão constantemente tentando melhorar ou manter sua posição escolhendo entre caminhos alternativos de ação. Mas a partir do momento em que dependem dos outros lhe é impossível satisfazer seus interesses próprios a não ser que levem as outras pessoas em consideração (BOISSEVAIN, 1964)

Podemos constatar ainda que o fenômeno do trabalho infanto-juvenil doméstico não se trata de um comércio de crianças e muito menos como acordos estruturados e encerrados nos moldes do mercado capitalista. E além do mais, só podemos falar de troca se a compreendermos como a *dádiva-troca* de Mauss, numa tentativa de esclarecer o pacto entre as famílias. Isto tanto fica mais claro quando observamos que a forma do dinheiro não aparece senão como um componente distante na forma de reciprocidade da família donatária em relação às meninas. Desta forma na dádiva não existe troca e muito menos compra. A dádiva e a contradádiva indicadas por Mauss pertencem a um processo sócio-econômico orientado *por prestígio e honra*. (SABOURIN, 2008)

Através das palavras de alguns envolvidos com o trabalho doméstico tomamos, portanto, conhecimento de toda uma lógica de ação estruturada, cujos fundamentos se encontram em relações pessoais. Essa dinâmica seria conduzida não por uma ingenuidade ou maldade, que são atribuídos pela voz do discurso oficial aos membros de camadas populares, mas em muitas ocasiões por sabedoria, que acreditamos não apenas constar nos discursos por nós registrados, mas também constituinte de uma realidade vivida pelos informantes. E mais, existem valores que ultrapassam o código de conduta apregoado pela modernidade, que não

deixam, porém, de ter um cunho tão moralizante e legal quanto este (MALINOWSKI, 1926-2008). No entanto, se essas crianças e jovens ao realizarem serviço doméstico em casa de terceiros o fazem mediante relações de reciprocidade e de dádiva, não há como afirmar que elas estão completamente livres da exploração ou de uma relação desigual com os seus patrões. Como vimos, ainda que de maneira sutil, essas adolescentes podem perder o usufruto de alguns momentos importantes de sua vida, quando da observância ao status superior que os patrões possuem em relação a elas e a sua família (LANNA, 2009; MAYER, 1974; WATCHTEL, 1974)

REFERÊNCIAS

ADLER DE LOMNITZ, Larissa. **Cómo sobreviven los marginados**. Siglo XXI Editores. Buenos Aires. 15. ed. México: Edición, 2003.

_____ **Confianza, Redes Sociales y economía informal: um análises comparado**. Version en español de "Trust Social Network and the informal economy: a comparative analysis Review of sociology vol.10 (2004) pp5-26

ALBERTI, Giorgio. MAYER, Enrique. **Reciprocidad e Intercambio em los Andes Peruanos**. Lima -Peru, IEP Ediciones, 1974.

ARIÉS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, LTC-Editora. 1981

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: BIANCO, Bela Feldman (org). **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p.159-189

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: BIANCO, Bela Feldman (org). **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p.195-P223.

BRASIL. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 01 de janeiro de 2010.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **RBCS**. Vol. 13, nº 38, 1998.

CEDECA- Centro de Defesa Da Criança e do Adolescente -Movimento República de Emaús. **Programa de Ação para o enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico Sumário Executivo** .OIT,2002. Disponível em: <White.oit.org.pe/ipec/documentos/pabelem.pdf> Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

CHERMONT, Leane Barros Fiuza de Mello. **O Trabalho Doméstico e a Violência contra a Criança e o Adolescente**. 2005. Disponível em: <https://www2.mp.pa.gov.br/.../doutrina_violencia_domestica_dra_leane.pdf> Acesso em: 01 de janeiro de 2010.

COHN, Clarice. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de Campo**. Ano 10, vol.9, p.13-26, 2000.

CONSERVA Marinalda de Sousa; LIMA, Jacob Carlos. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. **Revista de Ciências Sociais**, n 24, abril de 2006-p 73-98

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Nailharga da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá-1945 a1970**. Belém – Pará, Açai. 2008.

COZINHEIRO, Sofia e VIEIRA, Ricardo. **“A entrevista biográfica na (re) construção de cinco histórias de ser e se tornar idoso (a)”**. Disponível em: <ciid. ipleiria.pt/wp-content/uploads/2008/10/sc-e-rv.pdf> Acesso em 20 de julho de 2010.

CUNHA, Manuela Ivone P. Formalidade e informalidade: questões e Perspectivas. **Etnográfica**, Vol X, 2006, pp219-231.

CUSTÓDIO, André Viana. **A Exploração Do Trabalho Infantil Doméstico no Brasil Contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação. Florianópolis**. Tese de doutorado em Direito apresentado a Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <jus. uol.com. br/revista/texto/17209/perspectiva> Acesso em: 01 de janeiro de 2010.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho Informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 37, p. 289-308, jul./dez. 2002

DURHAM, Eunice R. A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. **A Aventura antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. P17- 37

EIZIRIK, Marisa Faermann, FERREIRA, Nilda Têves. **Educação e Imaginário Social: revendo a escola**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994

FRAXE, Therezinha J. P. **Cultura Cabocla-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **Diretrizes para formulação de uma política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil**. Brasília: OIT, UNICEF, 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/publi_04/.../TRABIN32.HTM > Acesso em: 01 de agosto de 2009.

GARRETÓN. M. A. Pontos Fortes e Fracos dos Novos Consensos sobre Educação. **Cadernos de Pesquisa**, jul.1997, n.121, p. 128-140.

GEA, Victor Cadenas de. Las teorías del sacrificio primitivo y su significado antropológico. (primeira parte). **Revista de Filosofia**. Num. 3, 2005.

_____. Las teorías Del sacrificio primitivo y su significado antropológico. (segunda parte). **Revista de Filosofia**. Num. 4, 2006.

GODBOUT, J. T. **Introdução à Dádiva**. RBCS, São Paulo, v.13, n. 38, out.1998

GODELIER, M. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

HEILBORN, Maria Luiza. **Dimensões culturais do trabalho infantil feminino**. Rio de Janeiro: OIT-IPEA, 1999. Disponível em: <ebookbrowse.com/.../dimensões-culturais-do-trabalho-infantil-feminino> Acesso em: 01 de julho de 2009

_____. **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999

HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**. 1963. Disponível em: <<http://www.livrosdownload.com/2010/02/era-das-revolucoes-eric-hobsbawm.html>> Acesso em: 17 de dezembro de 2010.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br/> acesso em setembro de 2010

LAMARÃO, Maria L. N., MENEZES, Stela M. L., FERREIRA, Wanderléa B. **O trabalho doméstico de meninas em Belém**. Belém, novembro de 2000. Disponível

em: <white.oit.org.pe/ipec/documentos/ras_brasil_belem.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2009.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss** e o ensaio sobre a dádiva. Ver. Sociol. Polit, Curitiba, 2000. P. 173-194.

_____ A Estrutura Sacrificial do Compadrio: uma ontologia da desigualdade? **Ciências Sociais Unisinos**. Janeiro/ abril 2009. p 5-15.

LEACH, Edmund. **A Diversidade da antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

LÉVI-STRAUSS. C. Introdução à Obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

LIMA, Jacob Carlos, SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho Flexível e o Modelo Informal. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.

LINS, Maria Edlene Costa. **A atuação do Ministério Público do Trabalho no combate ao trabalho infantil doméstico**. Consulex: Revista Jurídica, v.8, n.168, p.30-32, jan. 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Crime e Costume na Sociedade Selvagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

MARTELETO, Regina Maria e SILVA, Antônio Braz de Oliveira e. **Rede e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**, inf. Brasília, v33, n3 C.I, p 41-49, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U. SS – movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. **Rrc**. Vol. 23, nº 66, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política** - Livro 1, V. 1. Rio de Janeiro Civilização Brasileira . 2010.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEAD, Margaret. **Adolescência Y cultura em Samoa**. Editorial Abril, Buenos Aires, 1945.

NADEL, S. F. “**Compreendendo os povos primitivos**” In: BIANCO, Bela Feldman. **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo. Global, 1987. P49-71

NORONHA, E.G. Informal, Ilegal e Injusto: Percepções do Mercado do Trabalho no Brasil. **RBCS**, São Paulo, vol. 18, n. 53, out. 2003.

OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho infantil doméstico em casa de terceiros no Direito Brasileiro**. Resumo Executivo - OIT, 2000. Disponível em: <white.oit.org.pe/ipecc/documentos/est_legal_domest_brasil.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.

PORTUGAL, Sílvia. As Mãos que Embalam o Berço: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 42 maio 1995. P.155-177

SABÓIA, Ana Lúcia. **As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica**. Rio de Janeiro: OIT-IPEA, 2000. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/.../trat19_1.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2009

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **RBCS**. Vol 23, nº 66, 2008.

_____. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do nordeste brasileiro. **Raízes**, n. 20 novembro 1999. pp.41-49

SOUSA, Rosinaldo Silva de. **Os cocaleros do Chapare: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia**. 2006. 178 f. Tese de Doutorado em Antropologia Social-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/5477>> Acesso em: 01 de janeiro de 2009.

_____. **O Problema das Segmentações nas Redes sociais Informais e Ilícitas: a heterogeneidade dos padrões de ações sociais justifica a separação conceitual dessas redes?** In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 01 a 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia.

PEREIRA, E.A.D. Faces da Cidade Ribeirinha de Mocajuba: paisagem e imaginário geográfico amazônico. In: TRINDADE J.R, S.C; TAVARES, M.G. **Cidades Ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

WACHTEL, Nathan. A reciprocidade e o Estado Inca: de Karl Polanyi a John V. Murra. In: RANGLES, W. G. L; WACHTEL, Nathan e outros. **Para uma História Antropológica**. Lisboa, Edições 70, 1978.

ZALUAR, Alba. Teoria e Prática do trabalho de Campo: Alguns Problemas. In: CARDOSO, Ruth (org). **A Aventura antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. P107-125